

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
REGULATÓRIAS  
Ano 2016**

## 1 Relatório da Administração Regulatório

Senhoras e Senhores,

Apresentamos a seguir relatório das principais atividades e realizações desenvolvidas no decorrer do exercício social de 2016, assim como as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira, acrescidas do balanço socioambiental, peça fundamental de divulgação das ações sociais e ambientais da Cooperativa de Distribuição e Geração de Energia das Missões - CERMISSÕES para os associados, sociedade, parceiros e consumidores. Os valores apresentados neste relatório estão em milhares de reais.

### Carta do Presidente

A Cooperativa de Distribuição e Geração de Energia das Missões CERMISSÕES atua no segmento de geração e distribuição de energia elétrica, aproveitando a bagagem de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de 56 anos de existência. A Cooperativa também está presente no setor de serviços de construção e manutenção de redes elétricas, tanto os serviços quanto os produtos são destinados ao consumo próprio.

O ano de 2016 foi um ano atípico para todos os seguimentos da sociedade brasileira provocados pelos fatores político e econômico causando desequilíbrios financeiros e até estruturais, principalmente aos ramos que dependiam dos recursos financeiros do governo federal. Mesmo assim a Cooperativa cumpriu seu cronograma de obras programadas para o exercício de 2016.

Por outro lado mais uma vez tivemos o reconhecimento do trabalho de nossa equipe, ao receber o reconhecimento nacional pelo terceiro ano consecutivo, sagrando-se vencedora do prêmio IASC – Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor, concedido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL a CERMISSÕES além de conquistar o primeiro lugar em 2016, continuou com a melhor nota da avaliação do IASC entre as 101 distribuidoras de energia do país, assim como de todas as edições do prêmio. A CERMISSÕES em 2014 obteve 91,27 pontos e em 2015, 83,18 pontos, sagrando-se BICAMPEÃ, em 2016 alcançou a nota de 89,38 pontos, mantendo o título de: “Melhor Cooperativa Permissionária de Distribuição de Energia do Brasil 2014/2015/2016”.

A cada ano cresce o grau de responsabilidade da equipe, pois, se queremos continuar sendo a número 1 do Brasil, é preciso melhorar continuamente os processos que visem qualificar os serviços prestados aos associados/consumidores, aumentando o grau de satisfação dos mesmos. Hoje, com base nos relatórios disponibilizados pela ANEEL referente ao Prêmio IASC, é possível fazer uma leitura dos pontos que deverão ser trabalhados e melhorados. Acreditamos na capacidade da nossa bem preparada equipe de colaboradores e não temos dúvida de que a Família Social apoiará e participará passo a passo de todas as transformações para que a CERMISSÕES continue sendo a permissionária modelo para o setor elétrico brasileiro.

Em 2016 a CERMISSÕES colocou em operação os dois novos geradores instalados na PCH Rio Ijuizinho, investimento realizado visando a repotencialização da Usina do Rio Ijuizinho, promovendo benefícios a Família Social e consumidores da permissionária, pois, o aumento da potência instalada refletirá como um redutor de tarifas a todos os consumidores.

No decorrer do presente exercício teve continuidade os estudos e projeto da Subestação rebaixadora Santo Antônio 69/23kv, busca das licenças e autorizações, aquisição do terreno, visando a construção da obra em 2017, com início de operação prevista para agosto de 2018. A segunda subestação própria da CERMISSÕES será conectada a Subestação Missões da ELETROSUL, sob o controle do ONS (Operador Nacional do Sistema), garantindo energia para os diversos tipos de consumo dos municípios de Santo Antônio das Missões, Bossoroca e São Luiz Gonzaga. Assegurando maior disponibilidade de carga; melhores níveis de tensão; diminuição das perdas; aumento significativo da confiabilidade do sistema e principalmente com o objetivo de atender ao intenso crescimento provocado pelo agronegócio, base de nossa economia regional, comércio, indústria e demais atividades produtivas, além de garantir a modicidade tarifária.

Os investimentos aplicados no projeto de construção da Subestação Santo Antônio, serão imobilizados na conclusão das obras, no decorrer do exercício de 2016 foram construídos e colocados em operação 61,36 Km de redes de baixa tensão, 121,97 Km de redes de média tensão, instalados 442 novos transformadores (incluindo novas ligações e reforços de redes), implantados 1.239 novos postes, num total de 604 projetos executados no decorrer do ano. Investimentos que junto com as demais realizações em troca de veículos, móveis, construções, aquisição de equipamentos, ferramentas e imóveis, somaram um total de R\$ 12.579 sendo (12,83 %) superior ao ano de 2015.

Durante o ano a cooperativa registrou um acréscimo de 624 novos associados, famílias que passaram a contar com os benefícios da energia elétrica em suas propriedades, encerrando o ano de 2016 com 28.934 famílias associadas, aumentando o quadro social em 2,20% em relação a 2015.

A administração da cooperativa adotou como regra ir ao encontro dos associados/consumidores visando apresentar e discutir todas as atividades da permissionária através do evento denominado Mini Assembleias de Prestação de Contas, tornando cada vez mais transparente o trabalho e as ações da administração da permissionária. Não só nas pesquisas, mas também nos encontros tem sido possível sentir a satisfação da população que usufrui dos serviços da Cooperativa, é mínima as reclamações e inúmeros os depoimentos de reconhecimento à forma de condução e a atenção especial dedicada aos seus consumidores.

Durante o ano continuaram acontecendo Audiências Públicas em diversas localidades vizinhas à área de permissão da cooperativa, visando encontrar formas legais para que comunidades inteiras possam se tornar consumidores de energia da CERMISSÕES, a insatisfação de nossos vizinhos deve-se à demora no atendimento e aos longos períodos que ficam sem energia por parte das concessionárias. Motivo este que muitas vezes tem causado preocupação para a área técnica, pois nossos alimentadores estão em condições de distribuir energia e muitas vezes ficamos na dependência da boa vontade dos responsáveis pela manutenção dos alimentadores da concessionária supridora.

Em 2016 foi dada continuidade aos treinamentos visando a busca da certificação na ISO 9001 (Gestão da qualidade), até junho de 2017 a CERMISSÕES deverá ser auditada para a certificação.

### Geração e distribuição de energia elétrica

Hoje as usinas PCH Rio Ijuizinho e MCH Claudino Fernando Piccoli, a subestação rebaixadora São Miguel Arcanjo e as redes de distribuição da permissionária são responsáveis pelo suprimento de energia elétrica de parte da região das Missões no estado do Rio Grande do Sul.

### Geração

Embora os percentuais de geração da Cooperativa, sejam mínimos em relação a toda a energia gerada e distribuída no estado do Rio Grande do Sul, a pequena central hidrelétrica e a mini central hidrelétrica cumprem um papel importante dentro do setor elétrico por promoverem a descentralização da geração, assim como, pelo fato de atuarem como reguladoras de tensão e redutoras de tarifas.

Devido ao fato da variação de consumo provocado pelas grandes irrigações instaladas na área de permissão e sua direta relação com os fatores climáticos, gerando altos valores de multa devido à subcontratação da demanda para o exercício, no decorrer do ano foi utilizado também a estrutura de geração própria para buscar o equilíbrio da demanda. Como o ano teve uma frequência de chuvas, causando a pouca utilização da energia pelos irrigantes para evitar os altos valores de multa foi necessário manter as usinas desligadas, pois assim reduz a multa do contrato de demanda, além de evitar o desgaste das máquinas.

No início do ano de 2016 foi colocado em operação os novos geradores da PCH Rio Ijuizinho e automatizado o seu funcionamento permitindo o comando a distância.

Usina	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW Médios)	Propriedade	Potência Instalada (MW) Proporc.	Garantia Física (MW Médios) Proporcional	Início de Operação Comercial	Vencimento da Outorga
<b>Integral e compartilhada</b>	<b>5</b>	<b>1</b>		<b>5</b>	<b>1</b>		
UHE 001							
UHE 002							
UHE 003							
PCH 004	5	1	100%	5	1	31/03/95	31/03/25
UTE 005 (gás ciclo combinado)							
UTE 006 (carvão mineral)							
UTE 007 (óleo diesel)							
UFV 010							
<b>Sociedade de propósito específico</b>							
UHE 011 (razão social da SPE)							
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>1</b>		<b>5</b>	<b>1</b>		

Toda a energia gerada é distribuída dentro do próprio mercado da permissionária que representou no ano de 2016, 9,63% sobre a disponibilidade de energia distribuída, portanto não possui garantia física.

### Distribuição

A permissionária distribui energia elétrica em 26 dos 496 municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

**Ligação de consumidores** - foram realizadas, no ano de 2016, 665 novas ligações com destaque 254 residenciais, 53 comerciais, 352 rurais e 6 nas demais classes, totalizando 25.966 consumidores atendidos por a permissionária, número 1,72% superior ao ano de 2015.

<b>Consumidores</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
Residencial	7.366	7.590	7.817	8.056	8.273
Comercial	1.221	1.258	1.289	1.309	1.345
Industrial	17	17	19	21	21
Rural	15.107	15.315	15.478	15.529	15.721
Poderes Públicos	454	460	464	469	461
Iluminação Pública	108	108	108	108	107
Serviço Público	24	24	23	22	23
Consumo Próprio	13	13	15	14	15
<b>Total</b>	<b>24.310</b>	<b>24.785</b>	<b>25.213</b>	<b>25.528</b>	<b>25.966</b>
<b>Variação</b>	<b>1,77%</b>	<b>1,95%</b>	<b>1,73%</b>	<b>1,25%</b>	<b>1,72%</b>

**Comportamento do mercado** – A geração de energia da permissionária no período de janeiro a dezembro de 2016 foi de 12,073 GWh (11,693 GWh em 2015).

O consumo de energia elétrica na área de atuação da permissionária no ano 2016 foi de 106.770,370 de megawatts-hora, tendo apresentado acréscimo de 9,61% em relação a 2015. O segmento do mercado que mais contribuiu para esse resultado foi a classe rural. A classe rural foi a que teve maior crescimento, com 13,32%, e a classe comercial apresentou aumento de 7,48% no consumo de energia elétrica, o que mostra que esse setor mantém as elevadas taxas de crescimento verificadas nos últimos anos.

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

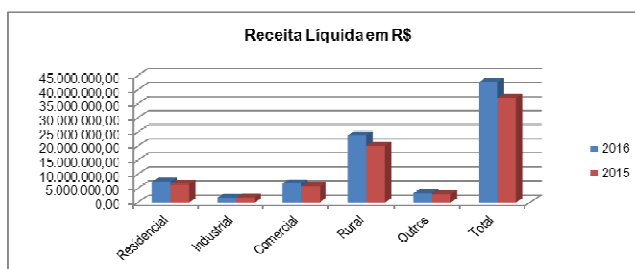
<b>Mercado Atendido - GWh</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
<b>Energia Faturada</b>	<b>88</b>	<b>87</b>	<b>99</b>	<b>97</b>	<b>107</b>
Fornecimento	88	87	99	97	107
Residencial	12	12	14	14	15
Comercial	9	10	11	12	13
Industrial	4	4	4	4	4
Rural	55	53	62	59	67
Poderes Públicos	3	3	3	3	3
Iluminação Pública	4	4	4	4	4
Serviço Público	1	1	1	1	1
Suprimento p/ agentes de distribuição					-
<b>Uso da Rede de Distribuição</b>					
Consumidores Livres/Dist./Ger.					
Consumidores Rede Básica					
<b>Total</b>	<b>88</b>	<b>87</b>	<b>99</b>	<b>97</b>	<b>107</b>
<b>Variação</b>	<b>5,74%</b>	<b>-1,14%</b>	<b>13,79%</b>	<b>-2,02%</b>	<b>10,31%</b>

As perdas totais de energia sobre a energia requerida apresentou uma evolução positiva de 12,1% em 2016 em relação a 2015 que foi de 9,9%.

<b>Energia Requerida - GWh</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
Venda de Energia	88	87	89	91	94
- Fornecimento	88	87	89	91	94
- Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
<b>Mercado Atendido</b>	<b>88</b>	<b>87</b>	<b>89</b>	<b>91</b>	<b>94</b>
Perdas na Rede Básica					
Perdas na Distribuição	12	11	14	10	13
Perdas Técnicas	10	13	13	13	13
Perdas não Técnicas - PNT	2	(2)	1	(3)	-
PNT / Energia Requerida %	2,0%	-2,0%	1,0%	-3,0%	0,0%
<b>Perdas Totais - PT</b>	<b>12</b>	<b>11</b>	<b>14</b>	<b>10</b>	<b>13</b>
<b>PT / Energia Requerida %</b>	<b>12,0%</b>	<b>11,2%</b>	<b>13,6%</b>	<b>9,9%</b>	<b>12,1%</b>
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>98</b>	<b>103</b>	<b>101</b>	<b>107</b>

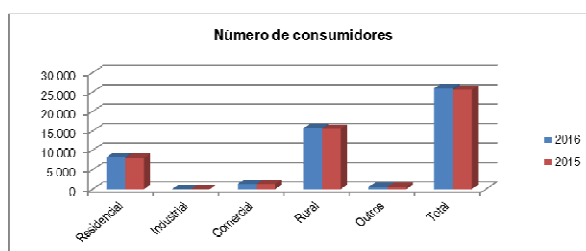
**Receita** - A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, importou em R\$ 42.681 conforme quadro a seguir:

Receita Líquida em R\$ mil			
Classe	2016	2015	%
Residencial	7.351	6.529	12,58
Industrial	1.630	1.668	-2,23
Comercial	6.672	5.734	16,36
Rural	23.781	20.137	18,10
Outros	3.247	2.952	9,98
<b>Total</b>	<b>42.681</b>	<b>37.020</b>	<b>15,29</b>



**Número de consumidores** - O número de consumidores faturados em dezembro de 2016 apresentou um crescimento de 1,72% sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Número de consumidores			
Classe	2016	2015	%
Residencial	8.273	8.056	2,69
Industrial	21	21	0,00
Comercial	1.345	1.309	2,75
Rural	15.721	15.529	1,24
Outros	606	613	-1,14
<b>Total</b>	<b>25.966</b>	<b>25.528</b>	<b>1,72</b>



**Tarifas** - A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em 2016, atingiu R\$ 399,75/MWh, com um aumento de 5,18% em relação a 2015. As tarifas foram homologadas pela Resolução Aneel de Nº 2.116, de 26 de julho de 2016.

Tarifa Média de Fornecimento em R\$/MWh	
Classe	R\$/MWh
Residencial	487,59
Industrial	441,09
Comercial	521,57
Rural	357,50
Outros	373,85
<b>Tarifa Média</b>	<b>399,75</b>

**Qualidade do fornecimento** - Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor), juntamente com o indicador de atendimento TMA (tempo médio de atendimento).

Utilizando as informações de números de consumidores existentes em cada um dos dois conjuntos elétricos, que contemplam as redes da Cermissões, estes valores representam média ponderada geral dos dois conjuntos sem a retirada de expurgos. A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

ANO	DEC - horas	FEC - interrupções	TMA - minutos
2012	53,76	33,68	184,26
2013	44,20	34,36	162,07
2014	40,83	26,58	201,19
2015	48,15	30,55	154,83
2016	32,45	22,41	144,21

**Atendimento ao consumidor** - A permissionária através de sua administração e colaboradores cientes da necessidade de estreitar as relações com seus milhares de associados/consumidores, oferece vários canais de comunicação, facilitando o acesso do usuário com a cooperativa e vice-versa. Possuímos os já tradicionais e conhecidos canais de comunicação como os postos de atendimento presencial e o CAC - central de atendimento ao consumidor, assim como a sua sede em Caibaté, telefone com ligação gratuita para 0800 541 1122, envio automático de mensagens via celular conhecidas como SMS ou torpedo ou através do e-mail para os consumidores que possuem cadastro atualizado, atendimento via SMS, que o associado pode informar falta de energia, consultar o valor de faturas em aberto e solicitar o código de barras para pagamento. A cooperativa também está na rede mundial de computadores e seus associados/consumidores podem acessar o site [www.cermissoes.com.br](http://www.cermissoes.com.br) ou através do facebook, todas estas ferramentas de comunicação além de serem seguras e ágeis, geram a informação personalizada e sem nenhum custo ao associado.

**Tecnologia da informação** - Dentre as melhorias implantadas na Cermissões para melhorar confiabilidade dos sistemas e hardwares destacamos os principais investimentos:

- ✓ A automação da operação da usina PCH Rio Ijuzinho está em fase de conclusão, ou seja, o sistema de operação será telecomandado pelo COD (Centro de Operação da Distribuição) e o monitoramento ocorrerá por sensores e câmeras de imagens.
- ✓ A comunicação entre matriz, postos de atendimento e equipamento especiais da rede elétrica (subestação, religadores, reguladores de tensão e bancas de capacitores) estão em constante expansão para proporcionar com isso mais agilidade no atendimento ao associado.
- ✓ Ainda inovando, foi implantado Sistema de GED (Gestão de Documentos), o mesmo possui a função de organizar, filtrar por grupos e níveis de acesso, além de possíveis integrações com ERP.
- ✓ Foi implantado conceito de BPM (Business Process Management) Gestão de Processos, objetivando padronização nos processos da empresa.
- ✓ Em 2016 foi iniciado a implantação de dois importantes projetos para a TI da Cermissões: Cabeamento Estruturado e Inovação do Data Center. Todo Cabeamento de Energia para os computadores e servidores da empresa foram substituídos seguindo metodologias de padrão de mercado, com isso conseguimos levar redundância de energia ao COD, implantando conceito de chaves ATS. O cabeamento de dados passará a ser todo em padrão CAT 6A, visando não provocar gargalos na rede de dados e melhorar a administração dos pontos de acesso. O cabeamento tradicional de telefone, cabos metálicos foi substituído por cabos de dados também padrão CAT 6A, ficando esta via de telefonia pronta para futura substituição da Central Telefônica. Quanto ao Data Center, esta sendo modificando a gerência de redes proporcionando segmentação no fluxo dos dados, mais segurança e aumentar o throughput da rede (vazão). Esta sendo implantado conceito de Data Center virtualizado, possibilitando maior capacidade de manobra e recuperação de falhas, além de possibilitar crescimento escalonável. Esta sendo adequado o Firewall de borda a fim de resistir às novas tecnologias de ataques, assim como também o serviço e e-mail esta sendo adequado as tecnologias de mercado.

### Desempenho econômico-financeiro

Os comentários da administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas auditadas. Em 2016, a sobra líquida foi de R\$ 8.280 contra R\$ 6.603 em 2015, o que representa um acréscimo de 25,40%. A receita líquida da atividade de distribuição de energia atingiu R\$ 47.670, enquanto em 2015 situou-se em R\$ 40.043, representando um aumento de 19,04%.

As despesas operacionais totalizaram em 2016 R\$ 39.153 sendo 16,93% superior em relação a 2015. A rentabilidade do Patrimônio Líquido do exercício foi de 8,77% contra 7,60% em 2015. O endividamento foi de 21,29% enquanto no ano anterior foi de 13,23%.

O EBITDA ou LAJIDA sobra antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$13.184 superior em 21,57% em relação ao ano de 2015, que foi de R\$ 10.845.

<b>Demonstrativo do cálculo do EBITDA</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>%</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>47.670</b>	<b>40.044</b>	<b>19,04</b>
<b>Custo do serviço de energia elétrica</b>	<b>-33.281</b>	<b>-27.374</b>	<b>21,58</b>
<b>Despesas operacionais</b>	<b>-5.872</b>	<b>-6.109</b>	<b>-3,88</b>
(-) Despesas gerais e administrativas	-5.311	-5.395	-1,56
(-) Outras despesas operacionais	-852	-1.005	-15,20
(+) Outras receitas operacionais	291	291	-0,03
<b>Resultado da Atividade ou EBIT</b>	<b>8.517</b>	<b>6.561</b>	<b>29,80</b>
(+) Quotas de reintegração/amortização	4.668	4.284	8,97
<b>EBIDTA</b>	<b>13.184</b>	<b>10.845</b>	<b>21,57</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>27,66</b>	<b>27,08</b>	<b>2,12</b>

Nota: Para fins de Demonstração do cálculo do EBITDA foram excluídos os valores das receitas e custos de construção.

**Investimentos:** Em 2016 os investimentos da cooperativa importaram em R\$ 12.579 distribuídos da seguinte forma:

	<b>2016</b>
Atividade de Geração	3.558
Atividade de Distribuição	8.751
Atividade de Administração	270
<b>Total</b>	<b>12.579</b>

### Evolução e projeção dos investimentos

O quadro a seguir expõe os 3 (três) últimos anos e os próximos 5 (cinco) anos. Os valores contemplam as adições brutas (adições e transferências), sendo que esta conta de Máquinas e Equipamentos em AIS Bruto da Atividade de Distribuição tem o mesmo montante do Plano de Desenvolvimento da Distribuidora – PDD.

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	R\$ Nominais			R\$ em moeda constante de 31/dez/2016				
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
<b>AIS Bruto <sup>1</sup></b>	<b>10.343</b>	<b>9.972</b>	<b>8.037</b>	<b>10.437</b>	<b>14.263</b>	<b>7.316</b>	<b>5.947</b>	<b>5.967</b>
Transformador de Distribuição	1.418	2.016	1.897	1.058	1.076	1.275	1.284	1.300
Medidor	283	361	461	767	633	501	419	501
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	813	1.591	1.675	882	632	1.030	1.030	1.050
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	2.181	4.903	3.367	1.431	2.149	3.347	2.070	2.100
Redes Alta Tensão (69 kV)				4.980				
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)								
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)								
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)								
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	5.173		8		8.500			
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)								
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)								
Demais Máquinas e Equipamentos	475	1.101	629	1.319	1.273	1.163	1.144	1.016
<b>Obrigações Especiais do AIS Bruto</b>	<b>(531)</b>	<b>(733)</b>	<b>(1.143)</b>	<b>(252)</b>	<b>(667)</b>	<b>(600)</b>	<b>(522)</b>	<b>(522)</b>
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	(531)	(733)	(1.143)	(252)	(667)	(600)	(522)	(522)

## Comparativo dos investimentos em máquinas e equipamentos da distribuição

O quadro a seguir compara o PDD entregue até 30 de abril de 2016 com o enviado no exercício anterior.

R\$ Mil	2016R	2017P	2018P	2019P	2020P	2021P
Plano de Investimentos 2016	8.037	10.437	14.263	7.316	5.947	5.967
R\$ Mil	2016P	2017R	2018R	2019R	2020R	2021R
Plano de Investimentos 2015	7.451					
Diferença	7,9%					

O investimento realizado no ano de 2016 ultrapassou o projetado em 7,9% devido a maior necessidade de obras tendo em vista o crescimento em redes de irrigações e armazenagem de grãos.

**Captações de recursos:** Para viabilizar o programa de investimentos do ano, a permissionária captou um total de R\$ 1.134 oriundos de participação financeira do consumidor.

**Valor adicionado:** Em 2016, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela permissionária foi de R\$ 8.280 representando 10,95% da receita operacional bruta e foi efetuada a reversão da reserva de reavaliação no valor de R\$ 1.305 totalizando o resultado do exercício abrangente R\$ 9.585 com a seguinte distribuição:

- Reserva de assistência técnica educacional e social de caráter fiscal (RATES) R\$ 837 e destinações estatutárias (20%) R\$ 1.750.
- Fundo de Reserva legal (50%) R\$ 4.374.
- Sobra a disposição da assembleia R\$ 2.624.

**Política de reinvestimento:** A cooperativa tem investido ao longo dos últimos anos na melhoria do seu sistema de distribuição e na infraestrutura, procurando sempre prestar um serviço de qualidade aos seus associados. Diante disto o associado define que as sobras de determinado exercício devem ser destinados a propiciar novos investimentos e melhorias sem a necessidade da busca de recursos de terceiros.

**Composição do capital social:** Em 31 de dezembro de 2016 o capital social da permissionária era de R\$ 7.268.

**Relações com o mercado:** Ao longo do ano, a permissionária recebeu a visita de expressivo número de associados, clientes e fornecedores. A Cermiões também promoveu visitas às demais permissionárias de energia do sistema Fecoergs, participou de conferências, seminários e reuniões nos principais centros de convenções do país.

### Gestão

**Administração:** As ações administrativas seguem os princípios legais regidos pelo setor elétrico, lei cooperativista e estatuto social, sempre primando pelo diálogo e respeito com os entes envolvidos, cumprindo o contrato de permissão assinado em março do ano de 2010 com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Decorridos seis anos dentro do ambiente regulado, existe vários procedimentos ainda em fase de adaptação, seguindo o cronograma determinado pela ANEEL, causando em muitas situações a insatisfação dos próprios associados que tem dificuldades em aceitar determinações legais que precisam ser cumpridas pela cooperativa agora permissionária.

Nesta nova etapa da história da CERMISSÕES tem-se alcançado grandes avanços, tanto em sua estrutura física (elétrica de distribuição e geração) onde a tecnologia disponível e a utilização de suas ferramentas através de uma equipe de profissionais qualificados, tem elevado o grau de satisfação da população que usufrui dos serviços por ela prestados. Em 2016 a permissionária passou pela primeira fiscalização da ANEEL, onde o relatório emitido confirma a gestão correta e transparente, atendendo todos os requisitos e informações solicitadas pela equipe de fiscalização, sem nenhum apontamento, ou seja, atendendo satisfatoriamente os aspectos de regulação do serviço público de energia elétrica e do órgão regulador. Isso demonstra a retidão da gestão que vem atuando nas últimas décadas junto à cooperativa, conduzindo com austeridade todas as atividades desempenhadas e que são auditadas de forma permanente pela Agência Reguladora.

Administrar a permissionária garantindo ao associado/consumidor a confiabilidade, estabilidade, serviços eficientes e com segurança, atuando de forma planejada, visando assegurar a disponibilidade de energia com qualidade para a demanda crescente e com tarifas acessíveis sem colocar em risco o equilíbrio econômico financeiro da permissionária, essa é a visão da administração da CERMISSÕES.

**Planejamento empresarial:** A Cooperativa de Distribuição e Geração de Energia das Missões, desde 2005 quando do início do processo de enquadramento junto a ANEEL como Permissionária do Serviço Público de Distribuição e Geração de Energia Elétrica, desenvolveu um



planejamento visando adaptar-se rapidamente as mudanças definidas pelo setor elétrico e as constantes alterações das normas que regem o papel das distribuidoras.

A partir do mês de março de 2010, quando foi assinado o contrato de Permissionária a Administração e Colaboradores comungavam dos mesmos objetivos que norteavam as ações da Cooperativa constantes em seu Planejamento Cooperativo para atingir as metas propostas, não somente como Cooperativa, mas a partir de então como agente do Setor Elétrico Nacional. Na época a Administração da Permissionária estabeleceu alguns parâmetros a serem conquistados, entre eles: que até o ano de 2015 deveria estar entre as empresas de “referência do setor elétrico”, tanto em qualidade de energia como em satisfação do consumidor, para isso iniciou-se os investimentos nos diversos setores da Cooperativa e de forma especial nas melhorias das redes elétricas, instalação de equipamentos e novas tecnologias da informação, inclusive com a automação do sistema de distribuição com telecomando a distância, promovendo a redução de despesas e diminuindo o tempo sem energia elétrica ao Consumidor.

No primeiro ano em que as Cooperativas Permissionárias passaram a fazer parte do Prêmio Índice Aneel de Satisfação do Consumidor, a CERMISSÕES venceu o Prêmio IASC/ANEEL de 2014, obtendo a maior nota da história do Prêmio desde sua criação, com 91,27 pontos, e no ano de 2015 se tornou **BICAMPEÃO NACIONAL**, novamente com a maior nota entre as 101 Distribuidoras de Energia do País, 81,23 pontos. Resultados alcançados através do Planejamento e cumprimento de suas responsabilidades a CERMISSÕES sagrou-se a **“MELHOR COOPERATIVA PERMISSIONÁRIA DE ENERGIA DO BRASIL”**, na percepção do consumidor em 2014 e 2015.

A CERMISSÕES é filiada a Federação das Cooperativas de Energia do Rio Grande do Sul – FECOERGS e como integrante do sistema, segue a linha e padrão do Planejamento Estratégico da Federação, no decorrer de 2015 foram realizados cinco encontros com as filiadadas preparando suas equipes gerenciais para a aplicação do Planejamento 2015/2018 em cada Cooperativa, assegurando o sucesso de todas as atividades diante da variação de cenários, onde com facilidade são tomadas decisões, redefinindo projetos com base nas tendências relacionadas aos diversos ambientes: político, econômico, sociocultural, ambiental e tecnológico, visando corrigir os impactos a curto e médio prazos.

O Planejamento dos Negócios da Cooperativa tem sido a base para os investimentos futuros, visando manter e melhorar a performance, ganho e desempenho da Permissionária tendo como meta a manutenção dos títulos conquistados, e como Cooperativa regradar o reinvestimento de todas as sobras.

Com ações bem planejadas a Cooperativa proporciona melhor qualidade e segurança nos serviços que presta a seus Associados/Consumidores através de sua estrutura de **geração** (PCH Rio Ijuizinho e MCH Claudino Fernando Piccoli), **transformação** (Subestação São Miguel Arcanjo 69/23 KV) e **distribuição de energia elétrica** (6.185,17 km de redes elétricas) tendo como objetivo principal: assegurar a menor tarifa possível a todos os usuários.

**Gestão pela qualidade:** Em 2015, as atividades relacionadas com a gestão da qualidade compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos para gestão dos processos e implantação da ISO 9001. Estes projetos serão implantados no 1º trimestre de 2016.

**Recursos humanos:** Em 2015 a permissionária investiu R\$ 97 em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus empregados. De modo a manter a permissionária a par da evolução nas áreas tecnológica e gerencial e oferecer aos empregados oportunidades de desenvolvimento de suas habilidades e potenciais, os treinamentos da permissionária têm como objetivos: a segurança dos trabalhadores e associados/consumidores, melhor qualidade no atendimento e responsabilidade social.

A cooperativa contribuiu com auxílio ao transporte e a mensalidade de funcionários que estão participando do curso técnico em eletrotécnica, graduação em engenharia elétrica e gestão em recursos humanos bem como pós-graduação em gestão de pessoas, controladoria e finanças e direito previdenciário e do trabalho, possibilitando desta forma a qualificação do seu quadro funcional.

**Responsabilidade social:** O maior diferencial da Cermissões é que no decorrer dos seus 55 anos de fundação, ela vem se renovando a cada dia, novas tecnologias são pesquisadas no mercado e implantadas visando melhorar os serviços. Seja em seu sistema de distribuição e geração de energia, na forma de administrar a cooperativa, bem como na relação com os associados/consumidores. A preocupação é constante com a qualidade da energia distribuída e a segurança que a mesma deve promover junto aos usuários, além da constante participação em ações de interesse da comunidade.

Outro fator que merece destaque refere-se à aplicação dos recursos gerados pela cooperativa em sua área de permissão, cada centavo é aplicado em benefício da população, gerando emprego, renda e dias melhores aos próprios associados/consumidores.

A cooperativa está em constante metamorfose. A administração e colaboradores procuram manter e propagar a filosofia de sucesso, modificando o que for necessário e incorporando as novas aspirações sempre em busca de um futuro cada vez mais próspero. É assim, ano após ano. Vivenciamos novas experiências e, por meio delas, planejamos os anos vindouros da sociedade.

Para alcançar as metas estipuladas, a equipe passa por cursos e treinamentos, qualificando a força de trabalho, que com muita luta, cooperação e trabalho baseado nos pilares da sustentabilidade social, implantam-se projetos que contribuem para um mundo melhor.

Uma cooperativa é formada por pessoas, assim como os resultados gerados são para todos e graças a essa união de forças, o sucesso tem sido uma constante, fazendo com que a organização conquiste o respeito no mercado de distribuição e geração de energia. A Cermisões hoje faz a diferença na vida das pessoas e com isso goza de ótimo conceito junto à comunidade onde está inserida, tornando-se referência em respeito e bom atendimento ao associado/consumidor, promovendo qualidade de vida e desenvolvimento aos habitantes de sua área de permissão. A conquista de MELHOR PERMISSONÁRIA por dois anos consecutivos, ao vencer o Prêmio IASC de 2014 e 2015, demonstra que o foco está alinhado com os objetivos e responsabilidades da cooperativa.

## Cooperativa em números

<b>Atendimento</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>%</b>
Número de consumidores	25.966	25.528	1,72
Número de empregados	199	190	4,74
Número de consumidores por empregado	130,48	134,35	-2,88
Número de localidades atendidas	26	26	-
Número de agências	1	1	-
Número de postos de atendimento	12	12	-
Número de postos de arrecadação	29	29	-

<b>Mercado</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>%</b>
Área de permissão (km <sup>2</sup> )	7.120,66	7.120,66	-
Geração própria (MWh)	12.073,26	11.693,06	3,25
Energia contratada (MWh)	126.569,63	117.710,36	7,53
Demanda Contratada Mensal (kW)	39.140	39.140	-
Distribuição direta (MWh)	106.770,37	97.405,08	9,61
População atendida	132.166	130.192	1,52

<b>Operacionais</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>%</b>
Número de usinas em operação	2	2	-
Redes de distribuição (km)	6.195,43	6.185,17	0,17
Capacidade instalada (MW)	157,24	146,61	7,25

<b>Financeiros</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>%</b>
Receita operacional bruta (R\$)	75.604	68.581	10,24
Receita operacional líquida (R\$)	59.566	52.802	12,81
Margem operacional do serviço líquida (%)	14.389	12.670	13,57
EBITDA OU LAJIDA	13.184	10.845	21,57
Lucro líquido (R\$)	8.280	6.603	25,40
Patrimônio líquido (R\$)	94.436	86.886	8,69
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	8,77	7,60	15,39
Endividamento do patrimônio líquido (%)	21,29	13,23	60,92
Energia gerada / comprada por funcionário: [(energia gerada + comprada em MW) / n° de funcionários]	629,82	580,547	8,49
Energia gerada / comprada por consumidor: [(energia gerada + comprada em MW) / n° de consumidores]	4,82	4,32	11,57

## **Agradecimentos**

Ao finalizarmos esta breve exposição de dados e fatos que marcaram as atividades administrativas e sociais, resta-nos agradecer aos associados pelo apoio e confiança na equipe que tem a incumbência de manter a entidade em pleno funcionamento. Aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal pela parceria de trabalho, buscando sempre planejar e implantar as mais corretas soluções em benefício da família social. Nossa gratidão e todo o reconhecimento a equipe de colaboradores que executaram da melhor forma possível os projetos por nós determinados, aos aprendizes cooperativos que durante o ano fizeram parte de nosso convívio, que aproveitem as experiências para a futura vida profissional, as equipes terceirizadas que também foram decisivas para a concretização das conquistas da cooperativa. Em fim a todos que direta ou indiretamente contribuíram para que a CERMISSÕES se tornasse BICAMPEÃ E REFERÊNCIA NACIONAL EM SATISFAÇÃO DO CONSUMIDOR 2014/2015, a Cooperativa dos Senhores Associados é "A MELHOR DISTRIBUIDORA DE ENERGIA DO BRASIL", vencedora do Prêmio IASC 2014 e 2015 da ANEEL e isso só foi possível com o apoio e participação de todos.

Muito Obrigado.

Caibaté/RS, 11 de março de 2017.

A Administração

**Cooperativa de Distribuição e Geração de Energia das Missões Cermissões**  
**CNPJ 97.081.434/0001-03**  
**Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e 2015**  
**(valores expressos em milhares de reais)**

	Nota	2016	2015
<b>ATIVO</b>			
<b>Circulante</b>		<b>15.834</b>	<b>13.775</b>
Caixa e equivalentes de caixa		3.208	2.547
Consumidores	4	8.393	7.192
Serviços em curso		26	214
Tributos e contribuições compensáveis		681	695
Almoxarifado operacional		360	336
Ativos regulatórios	6	1.512	1.499
Despesas pagas antecipadamente		50	57
Outros ativos circulantes		1.604	1.235
<b>Não circulante</b>		<b>121.687</b>	<b>117.901</b>
Depósitos judiciais e cauções		3	3
Investimentos temporários		21	20
Despesas pagas antecipadamente		9	2
Outros ativos não circulantes		902	1.043
Investimentos		121	108
Imobilizado	5	120.182	116.199
Intangível	5	449	526
<b>Total do ativo</b>		<b>137.521</b>	<b>131.676</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
<b>Circulante</b>		<b>10.935</b>	<b>8.813</b>
Fornecedores		3.467	2.125
Empréstimos e financiamentos	7	562	797
Obrigações sociais e trabalhistas		2.001	1.874
Tributos		750	589
Provisões para litígios	8	37	564
Encargos setoriais		702	2.482
Passivos financeiros setoriais	6	2.769	175
Outras contas a pagar		647	207
<b>Não circulante</b>		<b>10.761</b>	<b>10.622</b>
Empréstimos e financiamentos	7	2.215	2.858
Obrigações vinculadas à concessão	9	8.546	7.764
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>115.825</b>	<b>112.241</b>
Capital social	10 a	7.268	7.262
Reservas de capital	10 b	11.373	11.373
Reservas de reavaliação	10 c	36.442	38.286
Reservas de sobras	10 d	58.118	53.161
Saldo a disposição da assembleia	10 f	2.624	2.159
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>137.521</b>	<b>131.676</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

**Cooperativa de Distribuição e Geração de Energia das Missões Cermissões**  
**CNPJ 97.081.434/0001-03**  
**Demonstração do resultado do exercício findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015**  
**(valores expressos em milhares de reais)**

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
<b>Ingresso / Receita operacional bruta</b>	11	<b>63.169</b>	<b>53.643</b>
Fornecimento de energia elétrica		1.519	1.238
Receita de disponibilidade da rede elétrica		52.485	43.328
Doações, contribuições e subv. econômica		8.942	8.957
Receita de atividade não vinculada		146	25
Outras receitas vinculadas		77	95
<b>Deduções da receita operacional</b>		<b>16.035</b>	<b>12.775</b>
<b>Tributos e encargos</b>		<b>10.022</b>	<b>7.348</b>
Federais		916	738
Estaduais e Municipais		9.106	6.610
<b>Encargos parcela "A"</b>		<b>6.013</b>	<b>5.427</b>
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D		84	200
Conta de Desenvolvimento Econômico – CDE		4.478	2.907
Programa de Eficiência Energética – PEE		84	202
Taxa de Fiscalização - TFSE		133	103
Outros encargos		1.234	2.015
<b>Receita operacional líquida</b>		<b>47.134</b>	<b>40.868</b>
<b>Custos não gerenciáveis – Parcela "A"</b>		<b>16.462</b>	<b>12.822</b>
Energia elétrica comprada para revenda		14.395	10.875
Encargos de uso da rede elétrica		1.373	1.323
Energia elétrica comprada para revenda – Proinfa		694	624
<b>Resultado antes dos custos gerenciáveis</b>		<b>30.672</b>	<b>28.046</b>
<b>Custos gerenciáveis – Parcela "B"</b>		<b>23.700</b>	<b>21.565</b>
Pessoal	12	11.699	10.205
Administradores	12	897	800
Material		1.788	1.637
Serviços de terceiros		1.681	1.314
Arrendamentos e aluguéis		109	93
Tributos		88	166
Seguros		45	41
Outros		1.571	1.063
Provisão para devedores duvidosos		0	2
Provisões – outras		-403	343
Depreciação		6.234	5.897
Doações e contribuições		153	138
Recuperação de despesas		-164	-138
Despesas de atividade não vinculada		2	3
<b>Resultado da atividade da concessão</b>		<b>6.828</b>	<b>6.459</b>
<b>Resultado extra-concessão</b>		<b>144</b>	<b>22</b>
Receita financeira		1.210	912
Despesa financeira		-1.013	-460
Resultado não operacional		-1.100	-1.314
<b>Lucro (prejuízo) antes IRPJ/CSLL</b>		<b>6.069</b>	<b>5.619</b>
Imposto de renda		313	280
Contribuição social		121	110
<b>Lucro (prejuízo)</b>		<b>5.635</b>	<b>5.229</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

**Cooperativa de Distribuição e Geração de Energia das Missões Cermissões**  
**CNPJ 97.081.434/0001-03**  
**Demonstração do resultado abrangente dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015**  
**(valores expressos em milhares de reais)**

<b>Recursos</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
<b>Sobra líquida do exercício</b>	<b>8.280</b>	<b>6.603</b>
Demais resultados abrangentes		
Reversão da reserva de reavaliação	1.305	1.305
<b>Resultado do exercício abrangente</b>	<b>9.585</b>	<b>7.908</b>
<b>Destinações</b>		
<b>Destinação de caráter fiscal</b>	<b>837</b>	<b>713</b>
Rates (Art. 87 da lei 5764/71)	837	713
<b>Destinações estatutárias</b>	<b>6.124</b>	<b>5.036</b>
Fundo de reserva legal (50%)	4.374	3.597
Rates (20%)	1.750	1.439
<b>Saldo a Disposição da Assembleia Geral Ordinária</b>	<b>2.624</b>	<b>2.159</b>

**Cooperativa de Distribuição e Geração de Energia das Missões Cermissões**  
**CNPJ 97.081.434/0001-03**  
**Demonstração do fluxo de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015**  
**(valores expressos em milhares de reais)**

<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Resultado do exercício</b>	<b>8.280</b>	<b>6.603</b>
<b>Despesas (receitas) que não afetam caixa e equivalentes de caixa</b>		
Amortização	-312	-295
Depreciação	4.668	4.284
Ganhos/baixas líquidos de ativos financeiros da concessão e intangível		
Ganhos/perdas líquidos na indenização de ativos	-625	-920
Imposto de renda e contribuição social		
Juros e Variações Monetárias	-406	-210
Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa		
Provisões para Demais Perdas Operacionais	-527	214
Provisões para Perdas com Instrumentos Financeiros		
Outros	1.422	2.059
	<b>4.220</b>	<b>5.132</b>
<b>Redução (Aumento) de Ativos</b>		
Consumidores	-1.201	-881
Depósitos Vinculados a Litígios		
Ganhos Líquidos Com Instrumentos Financeiros		
Ativos financeiros sebraias	-1.512	
Imposto de Renda e Contribuição Social		
Tributos Compensáveis	-14	-180
Outros	-2.032	-1.330
	<b>-4.759</b>	<b>-2.391</b>
<b>Aumento (Redução) de Passivos</b>		
Encargos Setoriais	989	1.914
Fornecedores Demais	1.342	189
Salários e Encargos Sociais	-74	111
Tributos e Contribuição Social	185	-22
Outros	615	307
	<b>3.057</b>	<b>2.499</b>
<b>Caixa gerado por atividades operacionais</b>		
Encargos de Dívidas Pagos	-392	-228
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos		
<b>Caixa líquido gerado por atividades operacionais</b>	<b>-392</b>	<b>-228</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Aquisição de participações societárias		
Investimentos		
Imobilizado	-10.007	-11.184
Intangível		
Participação financeira do consumidor	1.133	688
Títulos e valores mobiliários adquiridos		
<b>Caixa líquido das atividades de investimento</b>	<b>-8.874</b>	<b>-10.496</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Empréstimos e financiamentos obtidos		
Empréstimos e financiamentos pagos	-877	-620
Integralização de capital	6	5
<b>Caixa líquido das atividades de financiamento</b>	<b>-871</b>	<b>-615</b>
<b>Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>661</b>	<b>504</b>
<b>Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa</b>		
<b>No início do exercício</b>	2.547	2.043
<b>No fim do exercício</b>	3.208	2.547
	<b>661</b>	<b>504</b>

**Cooperativa de Distribuição e Geração de Energia das Missões Cermissões**

**CNPJ 97.081.434/0001-03**

**Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(valores expressos em milhares de reais)**

	<b>Capital Social</b>	<b>Reserva de Capital</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Reserva Legal</b>	<b>Rates</b>	<b>Reserva para Investimento</b>	<b>Fundo Expansão e Manutenção</b>	<b>Equalização Resultado Soc. e Reg.</b>	<b>Sobra à Disp. AGO</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31/12/2014</b>	<b>7.257</b>	<b>11.373</b>	<b>40.193</b>	<b>24.047</b>	<b>5.863</b>	<b>2.705</b>	<b>15.561</b>	<b>-2.052</b>	<b>2.615</b>	<b>107.562</b>
Integralização de capital	5	0	0	0	0	0	0	0	0	5
Destinação conforme AGO	0	0	0	0	0	2.615	0	0	-2.615	0
Sobra líquida do exercício	0	0	0	0	0	0	0	0	6.603	6.603
Destinação estatutária sobras	0	0	0	3.598	2.151	0	0	0	-5.749	0
Rates aplicado	0	0	0	0	-556	0	0	0	0	-556
Realização reserva reavaliação	0	0	-1.305	0	0	0	0	0	1.305	0
Equalização do Res. Reg. e Societário	0	0	-602	0	0	0	0	-771	0	-1.373
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>7.262</b>	<b>11.373</b>	<b>38.286</b>	<b>27.645</b>	<b>7.458</b>	<b>5.320</b>	<b>15.561</b>	<b>-2.823</b>	<b>2.159</b>	<b>112.241</b>
Integralização de capital	6	0	0	0	0	0	0	0	0	6
Destinação conforme AGO	0	0	0	0	0	2.159	0	0	-2.159	0
Sobra líquida do exercício	0	0	0	0	0	0	0	0	8.280	8.280
Destinação estatutária sobras	0	0	0	4.374	2.587	0	0	0	-6.961	0
Rates aplicado	0	0	0	0	-732	0	0	0	0	-732
Realização reserva reavaliação	0	0	-1.305	0	0	0	0	0	1.305	0
Equalização do Res. Reg. e Societário	0	0	-539	0	0	0	0	-3.431	0	-3.970
<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>7.268</b>	<b>11.373</b>	<b>36.442</b>	<b>32.019</b>	<b>9.313</b>	<b>7.479</b>	<b>15.561</b>	<b>-6.254</b>	<b>2.624</b>	<b>115.825</b>



**Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015**  
**(valores expressos em milhares de reais)**

## **1. Setor Elétrico no Brasil**

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia ("MME"), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

O fornecimento de energia elétrica a varejo é efetuada pela cooperativa de acordo com o previsto nas cláusulas de seu contrato de permissão.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis ("Custos da Parcela A"); e (2) uma parcela de custos operacionais ("Custos da Parcela B"). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B ("Ajuste Escalar") para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

A Cooperativa de Distribuição e Geração de Energia das Missões CERMISSÕES é uma sociedade de pessoas, de natureza civil, com sede na cidade de Caibaté, Estado do Rio Grande do Sul, e tem como principal objetivo o desenvolvimento socioeconômico, através da distribuição de energia elétrica e serviços de interesses de seu quadro de associados. A entidade é regida pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que regulamenta o sistema cooperativista no país e tem como atividades preponderantes a distribuição, geração de energia elétrica e a prestação de serviços aos seus 28.310 cooperados em 26 municípios da região das Missões, área que concentra grande parte da produção agrícola do Estado.

## **2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias**

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

## **3. Principais Práticas Contábeis Regulatórias**

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas na nota 04 das Demonstrações Contábeis Societárias.

**Ativos e passivos regulatórios:** O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos regulatórios, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O ativo e passivo regulatório serão realizados

quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

**Imobilizado em serviço:** Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em 31 de dezembro de 2013. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução Normativa nº 674, de 11 de agosto de 2015.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da permissão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

**Imobilizado em curso:** A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado, custos com componentes menores e custos adicionais necessários a operação, os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

**Intangível:** Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear. Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

**Obrigações especiais vinculadas à concessão:** Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

**Reserva de reavaliação – valor novo de reposição (VNR):** é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social. No exercício 2015 foi feita a realização da reserva de reavaliação o montante de R\$ 1.305 referente aos encargos de depreciação dos bens reavaliados e R\$ 601 relativo a baixa pela desativação.

Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL.

A reavaliação foi registrada em 31 de dezembro de 2013 e está de acordo com os montantes homologados pela ANEEL em 17 de setembro de 2013 conforme Resolução Homologatória nº 1.618/2013.

**Reconhecimento de receita:** A receita operacional do curso normal das atividades da permissionária é medido pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

#### 4. Consumidores e Permissionárias

A composição das contas a receber é como segue:

DESCRIÇÃO	VALORES CORRENTES							TOTAL 2016	TOTAL 2015
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA				Provisão p/ Devedores Duvidosos		
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias			
<b>Fornecimento de Energia</b>	<b>8.293</b>	<b>79</b>	<b>6</b>	<b>14</b>	<b>31</b>	<b>14</b>	<b>-44</b>	<b>8.393</b>	<b>7.192</b>
- Residencial	1.042	29	3	4	9	4	-19	1.072	1.042
- Industrial	223	1	0	0	0	0	0	224	266
- Comercial	924	14	1	5	13	1	-16	942	966
- Rural	3.335	32	2	3	9	6	-6	3.381	2.391
- Poderes Públicos	142	1	0	2	0	2	-2	145	191
- Iluminação Pública	89	1	0	0	0	1	-1	90	174
- Serviço Público	48	0	0	0	0	0	0	48	44
- Serviço Taxado	11	1	0	0	0	0	0	12	10
- Fornecimento Não Faturado	2.394	0	0	0	0	0	0	2.394	1.921
- Parcelamento de Energia	31	0	0	0	0	0	0	31	102
- Outras Rendas	60	0	0	0	0	0	0	60	86
- (-) Arrecadação Processo Classif.	-6	0	0	0	0	0	0	-6	-1
Suprimento Energia - Moeda Nacional									
Suprimento Energia - Moeda Estrangeira									
Encargos de Uso da Rede Elétrica									
Suprimento \ Encargo Rede Não Faturado									
<b>TOTAL</b>	<b>8.293</b>	<b>79</b>	<b>6</b>	<b>14</b>	<b>31</b>	<b>14</b>	<b>-44</b>	<b>8.393</b>	<b>7.192</b>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, conforme estabelece a Instrução Contábil nº 6.3.2. do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Engloba os recebíveis faturados, até a data de encerramento do balanço. O valor constituído de R\$ 44, considerado suficiente para cobrir eventuais perdas que possam ocorrer na realização financeira dos créditos a receber.

**5. Imobilizado**

5.1 A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2016	Adições líquidas = (A) - (B) + (C)	Depreciação Acum.	Valor líquido em 31/12/2016	Valor líquido em 31/12/2015	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acum.	Obrigações Especiais Líquidas
<b>Geração</b>	<b>9.581</b>	<b>3.562</b>	<b>589</b>	<b>0</b>	<b>-251</b>	<b>12.303</b>	<b>2.973</b>	<b>3.209</b>	<b>9.094</b>	<b>6.265</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Terrenos	206	0	0	0	0	206	0	0	206	206	0	0	0
Reservatórios, barragens e adutoras	4.771	0	0	0	0	4.771	0	1.737	3.034	3.144	0	0	0
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	1.461	17	0	0	0	1.478	17	552	926	944	0	0	0
Máquinas e equipamentos	3.132	3.545	589	0	-251	5.837	2.956	909	4.928	1.970	0	0	0
Móveis e utensílios	11	0	0	0	0	11	0	11	0	1	0	0	0
<b>Distribuição</b>	<b>153.105</b>	<b>8.740</b>	<b>2.237</b>	<b>0</b>	<b>-1.159</b>	<b>158.449</b>	<b>6.503</b>	<b>57.975</b>	<b>100.474</b>	<b>98.964</b>	<b>8.561</b>	<b>1.541</b>	<b>7.020</b>
Terrenos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	597	0	0	0	0	597	0	45	552	573	0	0	0
Máquinas e equipamentos	149.717	7.984	1.901	0	-1.234	154.566	6.083	56.530	98.036	96.970	8.561	1.541	7.020
Veículos	2.694	756	336	0	75	3.189	420	1.337	1.852	1.381	0	0	0
Móveis e utensílios	97	0	0	0	0	97	0	63	34	40	0	0	0
<b>Administração</b>	<b>2.230</b>	<b>278</b>	<b>105</b>	<b>0</b>	<b>21</b>	<b>2.424</b>	<b>173</b>	<b>1.348</b>	<b>1.076</b>	<b>920</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Terrenos	196	0	0	0	0	196	0	0	196	196	0	0	0
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	1.266	0	0	0	0	1.266	0	884	382	425	0	0	0
Máquinas e equipamentos	469	79	52	0	10	506	27	305	201	174	0	0	0
Veículos	227	197	51	0	11	384	146	105	279	105	0	0	0
Móveis e utensílios	72	2	2	0	0	72	0	54	18	20	0	0	0
<b>SubTotal:</b>	<b>164.916</b>	<b>12.580</b>	<b>2.931</b>	<b>0</b>	<b>-1.389</b>	<b>173.176</b>	<b>9.649</b>	<b>62.532</b>	<b>110.644</b>	<b>106.149</b>	<b>8.561</b>	<b>1.541</b>	<b>7.020</b>

Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2016	Adições líquidas = (A) - (B) + (C)	Depreciação Acum.	Valor líquido em 31/12/2016	Valor líquido em 31/12/2015	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acum.	Obrigações Especiais Líquidas
<b>Geração</b>	<b>3.804</b>	<b>415</b>	<b>3.931</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>288</b>	<b>-3.516</b>	<b>0</b>	<b>288</b>	<b>3.804</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Reservatórios, barragens e adutoras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	17	0	17	0	0	0	-17	0	0	17	0	0	0
Máquinas e equipamentos	3.399	154	3.541	0	0	12	-3.387	0	12	3.399	0	0	0
A ratear	40	0	40	0	0	0	-40	0	0	40	0	0	0
Desenvolvimento de projetos	0	215	215	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Compras em andamento	0	12	12	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Adiantamento a fornecedores	348	34	106	0	0	276	-72	0	276	348	0	0	0
<b>Distribuição</b>	<b>6.246</b>	<b>24.760</b>	<b>21.917</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>9.089</b>	<b>2.843</b>	<b>0</b>	<b>9.089</b>	<b>6.246</b>	<b>1.526</b>	<b>0</b>	<b>1.526</b>
Terrenos	0	90	0	0	0	90	90	0	90	0	0	0	0
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	0	13	0	0	0	13	13	0	13	0	0	0	0
Máquinas e equipamentos	2.404	10.615	8.095	0	0	4.924	2.520	0	4.924	2.404	1.526	0	1.526
Veículos	0	756	756	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Móveis e utensílios	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
A ratear	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Desenvolvimento de projetos	38	307	14	0	0	331	293	0	331	38	0	0	0
Transformação, fabric. e reparo de materiais	187	711	831	0	0	67	-120	0	67	187	0	0	0
Compras em andamento	0	5.433	5.433	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Material em depósito	2.070	6.430	6.435	0	0	2.065	-5	0	2.065	2.070	0	0	0
Adiantamento a fornecedores	1.547	405	353	0	0	1.599	52	0	1.599	1.547	0	0	0
<b>Administração</b>	<b>0</b>	<b>565</b>	<b>404</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>161</b>	<b>161</b>	<b>0</b>	<b>161</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Terrenos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Máquinas e equipamentos	0	239	79	0	0	160	160	0	160	0	0	0	0
Veículos	0	197	197	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Móveis e utensílios	0	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Compras em andamento	0	41	41	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Adiantamento a fornecedores	0	86	85	0	0	1	1	0	1	0	0	0	0
<b>SubTotal:</b>	<b>10.050</b>	<b>25.740</b>	<b>26.252</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>9.538</b>	<b>-512</b>	<b>0</b>	<b>9.538</b>	<b>10.050</b>	<b>1.526</b>	<b>0</b>	<b>1.526</b>
<b>Total do Ativo Imobilizado</b>	<b>174.966</b>	<b>38.320</b>	<b>29.183</b>	<b>0</b>	<b>-1.389</b>	<b>182.714</b>	<b>9.137</b>	<b>62.532</b>	<b>120.182</b>	<b>116.199</b>	<b>10.087</b>	<b>0</b>	<b>8.546</b>

## 5.2 A composição do intangível é como segue:

Intangível - R\$ mil	Valor Bruto 31/12/2015	Adições (A)	Baixas (B)	Transferên- cias (C)	Reava- liação	Valor Bruto 31/12/2016	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Amortização Acumulada	Valor Líquido 31/12/2016	Valor Líquido 31/12/2015
<b>Ativo Intangível em Serviço</b>										
<b>Geração</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidões	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Uso do Bem Público	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Softwares	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Distribuição</b>	706	49	0	0	0	755	49	-390	365	428
Servidões	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Softwares	706	49	0	0	0	755	49	-390	365	428
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Administração</b>	262	0	0	0	0	262	0	-210	52	98
Softwares	262	0	0	0	0	262	0	-210	52	98
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Subtotal</b>	968	49	0	0	0	1.017	49	-600	417	526
<b>Ativo Intangível em Curso</b>										
<b>Geração</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidões	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Uso do Bem Público	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Softwares	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Distribuição</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidões	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Softwares	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Administração</b>	0	32	0	0	0	32	32	0	32	0
Softwares	0	32	0	0	0	32	32	0	32	0
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Subtotal</b>	0	32	0	0	0	32	32	0	32	0
<b>Total do Ativo Intangível</b>	968	81	0	0	0	1.049	81	-600	449	526

## 5.3 A composição da conta Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição é como segue:

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ mil	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)
<b>AIS Bruto</b>	149.716	8.037	(3.180)			154.573	4.857
Transformador de Distribuição	880	1.897	(1.588)			1.189	309
Medidor	194	461	(69)			586	392
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	46.240	1.675	(500)			47.415	1.175
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	94.064	3.367	(974)			96.457	2.393
Redes Alta Tensão (69 kV)	-	-	-			-	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-			-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-			-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-			-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	4.578	8	(8)			4.578	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-			-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-			-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	3.760	629	(41)			4.348	588
<b>Obrigações Especiais do AIS Bruto</b>	(7.791)	(1.143)	373			(8.561)	(770)
Participações, Doações, Subvencões, PEE, P&D, Universalização	(7.791)	(1.143)	373			(8.561)	(770)

#### 5.4 Ativo imobilizado líquido

Ativo Imobilizado - R\$ mil	Taxa anuais médias de depreciação (%)	2016			2015
		Valor bruto	Depreciação e amort. acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<b>Em serviço</b>					
Geração		<b>12.303</b>	<b>-3.209</b>	<b>9.094</b>	<b>6.264</b>
Custo Histórico		9.706	-2.231	7.475	4.456
Correção Monetária Especial		0	0	0	0
Reavaliação		2.597	-978	1.619	1.808
Distribuição		<b>158.449</b>	<b>-57.975</b>	<b>100.474</b>	<b>98.964</b>
Custo Histórico		118.212	-39.275	78.937	74.942
Correção Monetária Especial		0	0	0	0
Reavaliação		40.237	-18.700	21.537	24.022
Administração		<b>2.424</b>	<b>-1.348</b>	<b>1.076</b>	<b>920</b>
Custo Histórico		2.953	-1.697	1.256	1.119
Correção Monetária Especial		0	0	0	0
Reavaliação		-529	349	-180	-199
		<b>173.176</b>	<b>-62.532</b>	<b>110.644</b>	<b>106.148</b>
<b>Em Curso</b>					
Geração		287	0	287	3.804
Distribuição		9.090	0	9.090	6.247
Administração		161	0	161	0
		<b>9.538</b>	<b>0</b>	<b>9.538</b>	<b>10.051</b>
		<b>182.714</b>	<b>-62.532</b>	<b>120.182</b>	<b>116.199</b>

5.5 A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso R\$ mil	Material Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de Obra Própria	Outros Gastos	Total
Edificações, obras civis e benfeitorias		13			<b>13</b>
Máquinas e equipamentos	6.773	2.110	1.938	192	<b>11.013</b>
Móveis e utensílios	2				<b>2</b>
Desenvolvimento de projetos		304	3		<b>307</b>
Transformação, fabr. e reparo de materiais	466	173	72		<b>711</b>
Material em depósito	6.430				<b>6.430</b>
Compras em andamento	5.492				<b>5.492</b>
Adiantamentos a fornecedores	454	18		65	<b>537</b>
Veículos	940	12			<b>952</b>
<b>Total das adições</b>	<b>20.557</b>	<b>2.630</b>	<b>2.013</b>	<b>257</b>	<b>25.457</b>

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674/2015 de 11 de agosto de 2015 são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
<b>Geração</b>	
Edificação - casa de força	2,00
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00
Turbina hidráulica	2,50
Painel, mesa de comando e cubículos	3,57
Comporta	3,33
Gerador	3,33
<b>Distribuição</b>	
Banco de capacitores	6,67
Chave de distribuição (inferior a 69 Kv)	6,67
Condutor do sistema	3,57
Estrutura do sistema (poste)	3,57
Regulador de tensão	4,35
Religador	4,00
Transformador	4,00
Transformador de força	2,86
<b>Administração Central</b>	
Equipamento geral	6,25
Edificação	3,33

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

	Descrição do Bem	R\$ - mil
1	Gerador síncrono trifásico de 2,250 kva	1.408
2	Gerador síncrono trifásico de 2,250 kva	1.408
3	Painel e mesa de comando	558
4	Caminhão VW 15.210 placa IXG-7209	275
5	Traiblazer LTZ Chevrolet placa IXO-4321	197
6	Reguladores de Tensão Monofásico 460 KVA	183
7	Reguladores de Tensão Monofásico 460 KVA	180
8	Condutor de alumínio com alma de aço nú 1/0 AWG	126
9	Barramento flexível de 13,8 kv	121
10	Condutor de alumínio com alma de aço nú 336.4	104

As dez principais baixas (pelo critério de valor) do imobilizado em serviço no exercício foram:

	Descrição do Bem	R\$ - mil
1	Regulador de velocidade da turbina hidráulica	132
2	Regulador de velocidade da turbina hidráulica	132
3	Caminhonete Ford Ranger XL placa INA-8761	68
4	Caminhonete Ford Ranger XL placa INR-5204	67
5	Veículo Vectra SD Expression placa IQC-7528	51
6	Caminhonete Ford Ranger XL placa IPN-5892	45
7	Painel de comando	43
8	Gerador síncrono 2,250 kva	79
9	Gerador síncrono 2,250 kva	79
10	Coletores de dados para leitura	35



## 6. Ativos e Passivos regulatórios

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos regulatórios, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

### 6.1 Demais ativos e passivos regulatórios

A movimentação das contas de demais ativos e passivos regulatórios é a seguinte:

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ mil	Saldo em 31/12/2015	Adição	Amortização	Transferências	Saldo em 31/12/2016	Valores em Amortização	Valores em Constituição
<b>Demais Ativos Financeiros Setoriais</b>	<b>1.499</b>	<b>3.386</b>	<b>-3.373</b>	<b>0</b>	<b>1.512</b>	<b>857</b>	<b>655</b>
PIS/Cofins sobre compra de energia	1.072	2.660	-2.480	0	1.252	857	395
Neutralidade da Parcela A	427	466	-893	0	0	0	
Outros	0	260	0	0	260	0	260
<b>(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.</b>							
<b>Total Ativos Financeiros Setoriais</b>	<b>1.499</b>	<b>3.386</b>	<b>-3.373</b>	<b>0</b>	<b>1.512</b>	<b>857</b>	<b>655</b>

Passivos Financeiros Setoriais - R\$ mil	Saldo em 31/12/2015	Adição	Amortização	Transferências	Saldo em 31/12/2016	Valores em Amortização	Valores em Constituição
<b>Demais Passivos Financeiros Setoriais</b>	<b>-175</b>	<b>-4.110</b>	<b>1.469</b>	<b>47</b>	<b>-2.769</b>	<b>-166</b>	<b>-141</b>
PIS/Cofins sobre compra de energia	0	-865	0	47	-818	0	0
Neutralidade da Parcela A	-63	-199	90	0	-172	-38	-134
Devoluções Tarifárias	0	-2.820	1.176	0	-1.644	0	0
Outros	-112	-226	203	0	-135	-128	-7
<b>Total Passivos Financeiros Setoriais</b>	<b>-175</b>	<b>-4.110</b>	<b>1.469</b>	<b>47</b>	<b>-2.769</b>	<b>-166</b>	<b>-141</b>

#### i) PIS/Cofins sobre compra de energia

A permissionária registrou de acordo com critério definido pela ANEEL, os créditos de pis/cofins incidente no suprimento de energia elétrica como um Ativo Regulatório. O ressarcimento desse ativo será por meio da inclusão no próximo reajuste tarifário como um componente financeiro.

#### ii) Neutralidade da Parcela A

Trata-se do valor referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário em anos anteriores conforme contratos de concessão vigentes, que gerou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da Parcela A.

A diferença entre os valores apurados nas contabilidades societária e regulatória se refere à constituição e registro da neutralidade dos encargos setoriais (parcela "A") – denominados custos não gerenciáveis e corresponde à diferença entre os valores destes encargos, em relação ao mercado verificado (em curso), e a constituição de componentes financeiros ativos em curso em relação ao próximo reajuste tarifário.

#### iii) Outros

A constituição de componentes financeiros ativos (DIC e FIC) em curso em relação ao próximo reajuste tarifário além dos componentes financeiros reconhecidos na primeira revisão tarifária.

## 7. Empréstimos e Financiamentos

A composição de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2016 é como segue:

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adim- plente?	Data Captação / Repactuação	Tipo de Garantia	Spread % a.a.	Data Próximo Pgto Juros	Frequência Pgto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo						
														2018	2019	2020	2021	2022	2022+	Total
Financ. / Emprést. Moeda Nacional Eletrobras	562	2.215	2.777	Sim	mar-05	Recebíveis	5,00%	31/01/17	Mensal	31/01/17	30/10/22	Mensal	SAC	518	475	446	423	353	-	2.215

Abertura dos ativos financeiros:

Instituição/Linha Devedora	Principal curto prazo	Principal + juros LP	Saldo total
<b>Ativos Financeiros</b>	<b>3.208</b>	<b>21</b>	<b>3.229</b>
<b>Caixa e aplicações financeiras</b>	<b>3.208</b>	<b>21</b>	<b>3.229</b>
Caixa e equivalente de caixa	3.208	0	3.208
Aplicações financeiras	0	0	0
Títulos e valores mobiliários	0	21	21

Composição do endividamento e dívida líquida:

Instituição/Linha Devedora	Principal curto prazo	Principal + juros LP	Saldo total
<b>(+) Dívida Bruta</b>	<b>562</b>	<b>2.215</b>	<b>2.777</b>
Financ./Emprestimo moeda nacional	562	2.215	2.777
Diversos			
<b>(-) Ativos Financeiros</b>	<b>-3.208</b>	<b>-21</b>	<b>-3.229</b>
Alta Liquidez	-3.208		-3.208
Demais aplicações financeiras		-21	-21
<b>(+) Dívida Líquida I</b>	<b>-2.646</b>	<b>2.194</b>	<b>-452</b>
(+/-) Derivativos/Fair Value			
<b>(+) Dívida Líquida II</b>	<b>-2.646</b>	<b>2.194</b>	<b>-452</b>

## 8. Provisões para Litígios

A composição desta conta é como segue:

R\$ mil	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total
<b>Saldos em 31/12/2015</b>	<b>150</b>	<b>414</b>	<b>0</b>	<b>564</b>
Constituição	50	37	0	87
Pagamentos	-40	-75	0	-115
Ganhos de Causa / Ajustes Probabilidades	-150	5	0	-145
Atualização Monetária	0	0	0	0
Baixas	-10	-344	0	-354
Outros	0	0	0	0
<b>Saldos em 31/12/2016</b>	<b>0</b>	<b>37</b>	<b>0</b>	<b>37</b>

## 9. Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

A composição destas obrigações:

Obrigações Especiais - R\$ mil	Depreciação Taxa Média Anual	Custo Histórico 2016	Correção Monetária Especial	Reavaliação	Total 2016
<b>Em serviço</b>		<b>8.560</b>			<b>8.560</b>
Participação da União, Estados e Municípios		4.121			4.121
Participação Financeira do Consumidor		4.411			4.411
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido		18			18
Programa de Eficiência Energética - PEE		0			0
Pesquisa e Desenvolvimento		10			10
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica		0			0
Outros					
Ultrapassagem de demanda		0			0
Excedente de reativos		0			0
Diferença das perdas regulatórias		0			0
Outros		0			0
<b>(-) Amortização Acumulada - AIS</b>	<b>4,36%</b>	<b>-1.540</b>			<b>-1.540</b>
Participação da União, Estados e Municípios		-1.068			-1.068
Participação Financeira do Consumidor		-469			-469
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido		-2			-2
Programa de Eficiência Energética - PEE		0			0
Pesquisa e Desenvolvimento		-1			-1
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica		0			0
Outros					
Ultrapassagem de demanda		0			0
Excedente de reativos		0			0
Diferença das perdas regulatórias		0			0
Outros		0			0
<b>Total</b>		<b>7.020</b>			<b>7.020</b>

A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

Obrigações Especiais - R\$ mil	Valor Bruto 31/12/2015	Adições (A)	Baixas (B)	Valor Bruto 31/12/2016	Adições Líquidas (A)-(B)	Valor Líquido 31/12/2016	Valor Líquido 31/12/2015
<b>Em curso</b>							
Participação da União, Estados e Municípios	0	0	0	0	0	0	0
Participação Financeira do Consumidor	87	1.130	-1.356	-139	-226	-139	87
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	0	0	0	0	0	0	0
Programa de Eficiência Energética - PEE	0	0	0	0	0	0	0
Pesquisa e Desenvolvimento	0	0	0	0	0	0	0
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	0	0	0	0	0	0	0
Valores Pendentes de Recebimento	3	801	-798	6	3	6	3
Valores Não Aplicados	63	798	-789	72	9	72	63
<b>Outros</b>	<b>1.049</b>	<b>551</b>	<b>-13</b>	<b>1.587</b>	<b>538</b>	<b>1.587</b>	<b>1.049</b>
Ultrapassagem de demanda	435	260	-7	687	253	687	435
Excedente de reativos	614	291	-6	900	285	900	614
Diferença das perdas regulatórias	0	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>1.202</b>	<b>3.280</b>	<b>-2.956</b>	<b>1.526</b>	<b>324</b>	<b>1.526</b>	<b>1.202</b>

As principais adições (pelo critério de valor) de obrigações especiais no exercício foram:

Descrição do Bem		R\$ - mil
1	Ardi Jaeger	80
2	Thiago Belle	71
3	Justino Costa Beber Neto	46
4	Cassiano Costa Beber	38
5	Salete Terezinha Schneider Costa Beber	37
6	Luiz Carlos Amaral de Moraes	36
7	Leo Edenilson Azzolin Nicola	36
8	Alceu Pedro Kieling	34
9	Alexandre Pelenir	32
10	Darcy da Silva Santos	32

## 10. Patrimônio líquido

### a) Capital social:

O capital social da Cooperativa, no valor de R\$ 7.268 é formado por cotas partes referente a 28.934 associados (R\$ 7.262 em 2015).

R\$ mil	2016	2015
Capital Subscrito	7.298	7.292
(-) Capital a realizar	-30	-30
<b>Total</b>	<b>7.268</b>	<b>7.262</b>

### b) Reservas de capital:

R\$ mil	2016	2015
Reserva de equalização	8.445	8.445
Doações e subvenções para investimentos	2.928	2.928
<b>Total</b>	<b>11.373</b>	<b>11.373</b>

### c) Outros resultados abrangentes:

R\$ mil	2016	2015
Reserva de reavaliação	8.800	10.105
Reserva de reavaliação - VNR	27.642	28.181
<b>Total</b>	<b>36.442</b>	<b>38.286</b>

### d) Reservas de sobras:

R\$ mil	2016	2015
Reserva legal	32.019	27.645
Rates - Reserva assistência técnica educ. social	9.312	7.458
Reserva de expansão e manutenção	15.561	15.561
Reserva de investimento	7.478	5.320
Equalização do resultado regulatório e societário	-6.252	-2.823
<b>Total</b>	<b>58.118</b>	<b>53.161</b>

### e) Natureza e finalidade das reservas:

Reserva legal: é indivisível para distribuição entre os cooperados, mas a sua constituição é obrigatória conforme a Lei nº 5.764/1971. De acordo com o Art. 55 do Estatuto Social da Cooperativa as sobras líquidas do exercício serão deduzidos 50% para a constituição da reserva legal, além de eventuais destinações a critério da Assembleia Geral. Destina-se a reparar perdas e atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa.

Reserva de assistência técnica, educacional e social: também é indivisível entre os cooperados, sendo constituído por 20% das sobras líquidas do exercício social e pelo resultado das operações com terceiros, conforme previsão estatutária, destinado à cobertura de gastos com assistência técnica, educacional e social dos cooperados, seus dependentes e seus próprios colaboradores. Sua constituição é estabelecida pela Lei nº 5.764/1971.

O resultado positivo apurado com o Ato Não Cooperativo foi de R\$ 837, o qual foi transferido para o RATES – Reserva de Assistência Técnica Educacional e Social, conforme prevê a legislação cooperativista.

f) Sobras à disposição da Assembleia Geral Ordinária:

<b>Demonstração R\$ mil</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Resultado do Exercício	9.585	7.908
Destinações:		
Reserva Legal	4.374	3.597
Reserva de Assistência Técnica Educacional e Social	2.587	2.152
<b>Sobras à Disposição da Assembleia Geral Ordinária</b>	<b>2.624</b>	<b>2.159</b>

As sobras apuradas após a constituição das reservas ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária para deliberação quanto a sua destinação.

## 11. Receita operacional bruta

Receita Bruta	Nº Consumidores		MWh Mil		R\$ mil	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
<b>Fornecimento - Faturado</b>	<b>25.951</b>	<b>25.514</b>	<b>106.558</b>	<b>97.203</b>	<b>51.752</b>	<b>43.601</b>
Residencial	8.273	8.056	15.075	14.474	10.396	8.666
Industrial	21	21	3.696	4.014	1.987	2.012
Comercial	1.345	1.309	12.793	11.902	9.496	7.665
Rural	15.721	15.529	66.521	58.703	25.564	21.503
Poder público	461	469	3.172	3.091	2.192	1.879
Iluminação pública	107	108	4.371	4.171	1.545	1.416
Serviço público	23	22	930	848	572	460
<b>Suprimento Faturado</b>						
<b>Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado</b>						
Consumidores Cativos						
Consumidores Livres						
Encargos de conexão de agentes de geração						
Permissionárias						
<b>Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado</b>						
<b>(-) Transferências</b>					<b>-538</b>	<b>-403</b>
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem					-252	-191
Demanda						
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Excedente de Reativos					-286	-212
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Difer. Perdas					0	0
Regulatórias						
<b>Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado</b>					<b>473</b>	<b>145</b>
<b>Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva</b>					<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução</b>					<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Regulat.</b>					<b>2.318</b>	<b>1.223</b>
<b>Serviços Cobráveis</b>					<b>76</b>	<b>55</b>
<b>Subvenções vinculadas ao serviço concedido</b>					<b>8.942</b>	<b>8.957</b>
<b>Outras receitas</b>					<b>146</b>	<b>65</b>
<b>Total</b>	<b>25.951</b>	<b>25.514</b>	<b>106.558</b>	<b>97.203</b>	<b>63.169</b>	<b>53.643</b>

## 12. Pessoal e administradores

<b>Pessoal e Administradores - R\$ mil</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Pessoal</b>	<b>11.699</b>	<b>10.205</b>
Remuneração	7.667	6.922
Encargos	2.836	2.538
Previdência privada		
Previdência - Fundação - Mantenedora		
Previdência - Déficit ou superávit atuarial		
Assistência médica		
Programa de demissão voluntária		
Despesas rescisórias	195	302
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	273	347
(-) Créditos de tributos recuperáveis		
Outros	728	96
<b>Administradores</b>	<b>897</b>	<b>800</b>
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	768	739
Benefícios dos administradores	129	61
(-) Créditos de tributos recuperáveis		
<b>Total</b>	<b>12.596</b>	<b>11.005</b>

## 13. Demonstrações do resultado do exercício segregado por atividade

Em atendimento às instruções e orientações da ANEEL, apresentamos a demonstração do resultado do exercício por atividade - até a rubrica de resultado da atividade de 31 de dezembro de 2016, da unidade de negócio geração.

Ano 2016 - R\$ mil	Geração	Transmissão	Comercialização	Total
<b>Receita / Ingresso</b>	<b>1.519</b>			<b>1.519</b>
Fornecimento de energia elétrica	1.519			1.519
<b>Tributos</b>	<b>301</b>			<b>301</b>
ICMS	274			274
PIS-PASEP	5			5
Cofins	22			22
ISS	0			0
<b>Encargos - Parcela "A"</b>	<b>171</b>			<b>171</b>
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	2			2
Conta de desenvolvimento econômico - CDE	151			151
Compensação financeira pela utilização de rec. hídricos - CFURH	0			0
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica – TFSEE	4			4
Outros encargos	14			14
<b>Receita líquida / Ingresso líquido</b>	<b>1.047</b>			<b>1.047</b>
<b>Custos não gerenciáveis - Parcela "A"</b>	<b>0</b>			<b>0</b>
Energia elétrica comprada para revenda	0			0
<b>Resultado antes dos custos gerenciáveis</b>	<b>1.047</b>			<b>1.047</b>
<b>Custos gerenciáveis - Parcela "B"</b>	<b>1.154</b>			<b>1.154</b>
Pessoal e administradores	496			496
Material	154			154
Serviços de terceiros	179			179
Seguros	9			9
Tributos	2			2
Depreciação e amortização	303			303
Gastos diversos	11			11
<b>Resultado da Atividade</b>	<b>-107</b>			<b>-107</b>

## 14. Revisão e Reajuste Tarifário

### 14.1 Revisão Tarifária Periódica

O Contrato de Permissão nº 030/2010, que regula a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica na área de permissão da CERMISSÕES define a data de 30 de junho de 2013 como a data em que deverá ser processada a primeiro ciclo revisão tarifária periódica.

Para a realização da presente revisão tarifária procedeu-se à Audiência Pública nº 38/2013, oportunidade para interessados oferecer contribuições para aperfeiçoamento do ato, os regramentos mais importantes para tal foram o Submódulo 8.1 e 10.3 dos Procedimentos de Revisão Tarifária – PRORET.

A conclusão da Revisão Tarifária resultou na Resolução Homologatória 1.550, de 25 de junho de 2013, que após recurso da Cermissões foi reformada pela Resolução Normativa 1.618 de 17 de setembro de 2013.

Assim, as tarifas da Cermissões ficaram em média, reposicionadas em 6,41% (seis vírgula quarenta e um por cento), sendo 8,28% (oito vírgula vinte e oito por cento) referentes ao reposicionamento tarifário econômico e -1,87% (um vírgula oitenta e sete por cento negativo) relativo aos componentes financeiros pertinentes.

### 14.2 Reajuste Tarifário Anual

O reajuste anual ocorre entre as revisões tarifárias, onde se considera os custos não gerenciáveis (Parcela A), as variações apresentadas no período entre reajustes, ainda para os custos gerenciáveis (Parcela B), a variação do IPCA, ajustadas pela aplicação de um parâmetro de produtividade denominadas fator X.

O mais recente reajuste da Cermissões foi estabelecido por meio da Resolução Homologatória 2.116 de 26 de junho de 2016, sendo que ajuste médio foi de -5,11% (menos cinco vírgula onze por cento).

### 14.3 Composição da Base de Remuneração Regulatória

A remuneração regulatória é o produto de critérios previstos no Submódulo 8.1 do PRORET.

São realizadas verificações de todos os ativos elétricos das Condições, quantificados e classificados, originando um laudo de ativos da concessionária, desta forma são valorados por meio de banco de preços definido pela ANEEL, para estabelecer valor novo de reposição (VNR).

A seguir na tabela verificamos o resumo do cálculo da Base de Remuneração Regulatória e quota de reintegração.

Descrição	Valores - R\$ mil
(1) Ativo imobilizado em serviço (valor novo de reposição)	132.514
(2) Obrigações especiais bruta	
(3) Bens totalmente depreciados	1.761
(5) Base de remuneração bruta = (1)-(2)-(3)-(4)	130.753
(6) Depreciação acumulada	42.459
(7) Valor da base de remuneração (VBR) = (1)-(6)	90.055
(8) Obrigações especiais líquida	
(9) Terrenos e servidões	
(10) Almoxarifado em operação	398
(11) Base de remuneração líquida total = (7)-(8)+(10)	90.452
(12) Taxa de depreciação	4,00%
(13) $R_{waccpré}$	3,77%
(14) Remuneração de capital (RC)=(11)*(13)	3.410
(15) Quota de reintegração regulatória (QRR)=(5)*(12)	5.230

Ativos de Geração	
Descrição	Valores - R\$ mil
(1) Ativo imobilizado em serviço (valor novo de reposição)	9.614
(2) Índice de aproveitamento integral	
(3) Obrigações especiais	
(4) Bens totalmente depreciados	16
<b>(5) Base de remuneração bruta = (1)-(2)-(3)-(4)</b>	<b>9.598</b>
(6) Depreciação acumulada	2.698
(7) AIS Líquido (valor de mercado em uso)	6.916
(8) Índice de aproveitamento depreciado	
(9) Valor da base de remuneração (VBR)	6.916
(10) Almoxarifado em operação	
(11) Ativo diferido	
(12) Obrigações especiais líquida	
(13) Terrenos e servidões	
<b>(14) Base de remuneração líquida total = (1)-(6)-(8)+(10)</b>	<b>6.916</b>
(17) Taxa de depreciação	4,00%
(18) Quota de reintegração regulatória (QRR)=(5)*(17)	384
(19) Remuneração de capital (RC)	261

#### 14.4 Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis - CAIMI

O custo das instalações Móveis e Imóveis, também denominados Anuidades, refere-se aos investimentos de curto prazo periódico de recuperação, tais como os realizados em hardware software, veículos, em toda a infraestrutura de edificações de uso administrativo.

Os ativos que compõem a Base de Remuneração Regulatória (BAR) não são considerados no Ativo Imobilizado em Serviço (AIS) que comporá a base de remuneração. Esses ativos são denominados como uma relação AIS, a tabela a seguir resume os valores.



Descrição	Valores - R\$ mil
(1) Base de anuidade regulatória (BAR)	4.777
(2) Base de anuidade - infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (BARA)	1.194
(3) Base de anuidade - veículos (BARV)	1.194
(4) Base de anuidade - sistema de informática (BARI)	2.389
(5) Anuidade - infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL)	65
(6) Anuidade - veículos (CAV)	193
(7) Anuidade - sistemas de informática (CAI)	496
(8) CAIMI = (5)+(6)+(7)	754

#### 14.5 Resumo da Revisão Tarifária (ou Reajuste Tarifário)

Aplicando-se as metodologias definidas no Módulo 2 do PRORET, que trata da revisão tarifária das concessionárias de distribuição de energia elétrica, a revisão tarifária da Outorgada é sintetizada na tabela a seguir, onde são apresentados todos os itens da receita requerida da concessionária, as outras receitas, os componentes financeiros e a receita verificada. A tabela apresenta também o quanto cada item de receita contribui para o reposicionamento tarifário apresentado.

Descrição - R\$ mil	Receita Último IRT	Receita Verificada	Revisão	Var Projetado (%)	Impacto na Revisão Tarifaria	Part. Receita (%)
<b>1. PARCELA A (1.1 + 1.2 + 1.3)</b>	<b>18.982</b>	<b>15.956</b>	<b>-3,026</b>	<b>-106,86%</b>	<b>-6,25%</b>	<b>33,56%</b>
<b>1.1 Encargos Setoriais</b>	<b>6.426</b>	<b>4.216</b>	<b>-2,210</b>	<b>-90,08%</b>	<b>-4,56%</b>	<b>8,87%</b>
TFSEE	125	141	,016	12,80%	0,03%	0,30%
CDE	5.270	3.244	-2,026	-38,44%	-4,18%	6,82%
PROINFA	613	831	,218	35,56%	0,45%	1,75%
P&D (Eficiência Energética)	418	0	-,418	-100,00%	-0,86%	0,00%
<b>1.2 Transmissão</b>	<b>2.394</b>	<b>2.120</b>	<b>-,274</b>	<b>-11,45%</b>	<b>-0,57%</b>	<b>4,46%</b>
CUSD	2.394	2.120	-,274	-11,45%	-0,57%	4,46%
<b>1.3 Compra de Energia</b>	<b>10.162</b>	<b>9.620</b>	<b>-,542</b>	<b>-5,33%</b>	<b>-1,12%</b>	<b>20,23%</b>
CCEAR Existente	10.162	9.620	-,542	-5,33%	-1,12%	20,23%
<b>2. Parcela B (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4 + 2.5)</b>	<b>29.438</b>	<b>31.600</b>	<b>2,162</b>	<b>7,34%</b>	<b>4,46%</b>	<b>66,45%</b>
2.1. Parcela B	29.438	31.600	2,162	7,34%	4,46%	66,45%
<b>3. Reposicionamento econômico</b>	<b>-1,79%</b>					
<b>4. Componentes Financeiros</b>	<b>-3,31%</b>					
<b>5. Reposicionamento com Financeiros</b>	<b>-5,10%</b>					
<b>6. Financeiros Retirados do IRT anterior</b>	<b>-0,01%</b>					
<b>7. Efeito para Consumidor</b>	<b>-5,11%</b>					

#### 15. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada neste Manual. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

	Nota	31/12/2016			31/12/2015		
		Societário	Ajustes CPC	Regulatório	Societário	Ajustes CPC	Regulatório
<b>ATIVO</b>							
Circulante							
Consumidores, conces. e permissionárias	15.1	8.393	0	8.393	7.192	0	7.192
Despesas pagas antecipadamente	15.2	1.512	0	1.512	56	1.499	1.555
Outros ativos circulantes não afetados		5.929	0	5.929	5.027	0	5.027
<b>Sub Total</b>		<b>15.834</b>	<b>0</b>	<b>15.834</b>	<b>12.275</b>	<b>1.499</b>	<b>13.774</b>
Ativo financeiro da permissão	15.3	5.029	-5.029	0	3.488	-3.488	0
Outros ativos circulantes não afetados		935	0	935	1.067	0	1.067
<b>Sub Total</b>		<b>5.964</b>	<b>-5.029</b>	<b>935</b>	<b>4.555</b>	<b>-3.488</b>	<b>1.067</b>
<b>Investimentos</b>							
<b>Imobilizado</b>	15.4	<b>0</b>	<b>120.182</b>	<b>120.182</b>	<b>0</b>	<b>108.434</b>	<b>108.434</b>
Em serviço		0	173.177	173.177	0	157.152	157.152
(-) Reintegração acumulada		0	-62.533	-62.533	0	-58.769	-58.769
Em curso		0	9.538	9.538	0	10.051	10.051
<b>Intagíveis</b>	15.5	<b>92.626</b>	<b>-92.177</b>	<b>449</b>	<b>81.439</b>	<b>-80.913</b>	<b>526</b>
Em serviço		126.943	-125.926	1.017	112.070	-111.102	968
(-) Reintegração acumulada		-43.887	43.287	-600	-40.682	40.240	-442
Em curso		9.570	-9.538	32	10.051	-10.051	0
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>114.545</b>	<b>22.976</b>	<b>137.521</b>	<b>98.378</b>	<b>25.532</b>	<b>123.910</b>
<b>PASSIVO</b>							
Circulante							
Passivos regulatórios		2.769	0	2.769	0	175	175
Outros passivos circulantes não afetados		8.166	0	8.166	8.638	0	8.638
<b>Sub Total</b>		<b>10.935</b>	<b>0</b>	<b>10.935</b>	<b>8.638</b>	<b>175</b>	<b>8.813</b>
Outros passivos circulantes não afetados		9.174	1.587	10.761	2.857	0	2.857
<b>Sub Total</b>	15.6	<b>9.174</b>	<b>1.587</b>	<b>10.761</b>	<b>2.857</b>	<b>0</b>	<b>2.857</b>
Patrimônio líquido							
Capital social		7.268	0	7.268	7.262	0	7.262
Reserva de capital		11.373	0	11.373	11.373	0	11.373
Reserva de sobras		64.371	-6.253	58.118	55.984	-2.823	53.161
Reserva avaliação patrimonial		8.800	27.642	36.442	10.106	28.180	38.286
Lucro (prejuízo) acumulado		2.624	0	2.624	2.158	0	2.158
<b>Sub Total</b>	15.7	<b>94.436</b>	<b>21.389</b>	<b>115.825</b>	<b>86.883</b>	<b>25.357</b>	<b>112.240</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO</b>		<b>114.545</b>	<b>22.976</b>	<b>137.521</b>	<b>98.378</b>	<b>25.532</b>	<b>123.910</b>

	Nota	31/12/2016			31/12/2015		
		Societário	Ajuste CPC	Regulatório	Societário	Ajuste CPC	Regulatório
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	11	<b>75.604</b>	<b>-12.435</b>	<b>63.169</b>	<b>65.581</b>	<b>-11.938</b>	<b>53.643</b>
Fornecimento de energia elétrica		1.519	0	1.519	1.238	0	1.238
Receita de disponibilidade da rede elétrica		53.023	-538	52.485	42.508	820	43.328
Doações, contribuições e subvenção econômica		8.942	0	8.942	8.957	0	8.957
Receita de atividade não vinculada	15.9	12.043	-11.897	146	12.782	-12.757	25
Outras receitas vinculadas		77	0	77	96	-1	95
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL</b>		<b>16.038</b>	<b>-3</b>	<b>16.035</b>	<b>12.779</b>	<b>-4</b>	<b>12.775</b>
<b>Tributos e encargos</b>		<b>10.024</b>	<b>-2</b>	<b>10.022</b>	<b>7.351</b>	<b>-3</b>	<b>7.348</b>
Federais		916	0	916	740	-2	738
Estaduais e municipais		9.108	-2	9.106	6.611	-1	6.610
<b>Encargos parcela A</b>		<b>6.014</b>	<b>-1</b>	<b>6.013</b>	<b>5.428</b>	<b>-1</b>	<b>5.427</b>
Pesquisa e desenvolvimento - P & D		84	0	84	200	0	200
Conta de desenvolvimento econômico - CDE		4.478	0	4.478	2.907	0	2.907
Programa de eficiência energética - PEE		84	0	84	202	0	202
Taxa de fiscalização - TFSE		133	0	133	103	0	103
Outros encargos		1.235	-1	1.234	2.016	-1	2.015
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>		<b>59.566</b>	<b>-12.432</b>	<b>47.134</b>	<b>52.802</b>	<b>-11.934</b>	<b>40.868</b>
<b>CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS - Parcela "A"</b>		<b>16.462</b>	<b>0</b>	<b>16.462</b>	<b>12.821</b>	<b>1</b>	<b>12.822</b>
Energia elétrica comprada para revenda		14.395	0	14.395	10.875	0	10.875
Energia elétrica comprada para revenda - Proinfa		694	0	694	623	1	624
Encargos de uso do sistema de transmissão/distrib.		1.373	0	1.373	1.323	0	1.323
<b>RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS</b>		<b>43.104</b>	<b>-12.432</b>	<b>30.672</b>	<b>39.981</b>	<b>-11.935</b>	<b>28.046</b>
<b>CUSTOS GERENCIÁVEIS – Parcela "B"</b>		<b>34.587</b>	<b>-9.787</b>	<b>24.800</b>	<b>33.419</b>	<b>-10.541</b>	<b>22.878</b>
Pessoal		11.698	1	11.699	10.205	0	10.205
Administradores		897	0	897	800	0	800
Material		1.788	0	1.788	1.637	0	1.637
Serviços de terceiros		1.681	0	1.681	1.314	0	1.314
Arrendamentos e alugueis		109	0	109	93	0	93
Tributos		88	0	88	166	0	166
Seguros		45	0	45	41	0	41
Outros	15.9	13.467	-11.896	1.571	13.821	-12.758	1.063
Provisão devedores duvidosos		-403	0	-403	344	1	345
Depreciação/Amortização		4.667	1.567	6.234	4.283	1.614	5.897
Doações e contribuições		153	0	153	138	0	138
Outras receitas operacionais		-291	0	-291	-291	0	-291
Outras despesas operacionais		852	539	1.391	1.005	600	1.605
Reversão de provisão		0	0	0	0	0	0
Recuperação de despesas		-164	0	-164	-137	-1	-138
Despesa de atividade não vinculada		0	2	2	0	3	3
<b>RESULTADO DA ATIVIDADE DA CONCESSÃO</b>		<b>8.377</b>	<b>-2.649</b>	<b>5.728</b>	<b>6.541</b>	<b>-1.395</b>	<b>5.146</b>
<b>RESULTADO EXTRA-CONCESSÃO</b>		<b>140</b>	<b>4</b>	<b>144</b>	<b>21</b>	<b>1</b>	<b>22</b>
Receita financeira		1.210	0	1.210	879	33	912
Despesa financeira		-1.013	0	-1.013	-448	-12	-460
<b>LUCRO (PREJUÍZO) ANTES IRPJ/CSLL</b>		<b>8.714</b>	<b>-2.645</b>	<b>6.069</b>	<b>6.993</b>	<b>-1.373</b>	<b>5.620</b>
Imposto de renda		313	0	313	280	0	280
Contribuição social		121	0	121	110	0	110
<b>LUCRO (PREJUÍZO)</b>	15.8	<b>8.280</b>	<b>-2.645</b>	<b>5.635</b>	<b>6.603</b>	<b>-1.373</b>	<b>5.230</b>

### 15.1 Consumidores

Os valores a receber são provenientes, principalmente do fornecimento de energia elétrica dos associados da cooperativa e estão registrados no ativo circulante, conforme demonstrado na nota explicativa número 04.

### 15.2 Ativos regulatórios

A diferença entre os valores apurados nas contabilidades societária e regulatória se refere à constituição e registro da neutralidade dos encargos setoriais (parcela "A") – denominados custos não gerenciáveis e corresponde à diferença entre os valores destes encargos, em

relação ao mercado verificado (em curso), e a constituição de componentes financeiros ativos em curso em relação ao próximo reajuste tarifário, além dos componentes financeiros reconhecidos na primeira revisão tarifária.

R\$ mil	2016	2015
Neutralidade da parcela "A" – em curso	0	427
Componentes financeiros – em curso	395	882
Componentes financeiros - reconhecidos	857	190
Neutralidade da parcela "A" – pedido de reconsideração	260	0
<b>Total</b>	<b>1.512</b>	<b>1.499</b>

### 15.3 Ativo financeiro da Concessão

O ativo financeiro indenizável é decorrente da aplicação do ICPC 01 e corresponde à parcela dos bens e instalações, que em função de suas vidas úteis e do prazo de permissão, não estarão amortizados ao final do mesmo. Conforme previsto no contrato de permissão o valor dos mesmos será objeto de indenização.

### 15.4 Imobilizado

Os bens e instalações vinculados diretamente ou indiretamente às atividades da permissão, na contabilidade societária estão registrados, no grupo do ativo não circulante, intangível e a parcela referente aos bens que serão depreciados após o prazo de permissão estão registrados como ativo financeiro (nota 2).

R\$ mil	2016	2015
<b>Em Serviço</b>		
<b>Geração</b>	<b>9.095</b>	<b>6.265</b>
Terrenos	206	206
Reserv. Barragens e Adustras	3.034	3.144
Edificações	926	944
Máquinas e Equipamentos	4.929	1.970
Móveis e Utensílios	0	1
<b>Distribuição</b>	<b>100.472</b>	<b>98.964</b>
Terrenos	0	0
Edificações	553	573
Máquinas e Equipamentos	98.032	96.970
Veículos	1.851	1.381
Móveis e Utensílios	36	40
<b>Administração</b>	<b>1.077</b>	<b>920</b>
Terrenos	196	196
Edificações	383	425
Máquinas e Equipamentos	201	174
Veículos	278	105
Móveis e Utensílios	19	20
<b>Subtotal</b>	<b>110.644</b>	<b>106.149</b>
<b>Em Curso</b>		
Geração	287	3.804
Distribuição	9.090	6.246
Administração	161	0
<b>Subtotal</b>	<b>9.538</b>	<b>10.050</b>
<b>Total do Imobilizado</b>	<b>120.182</b>	<b>116.199</b>
Obrigações especiais Vinc. à Concessão	0	-7.765
<b>Imobilizado Líquido</b>	<b>120.182</b>	<b>108.434</b>

Conforme o Decreto nº 41.019/1957, os bens e instalações utilizados principalmente na distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL.

A Resolução nº 20/1999 da ANEEL, entretanto, regulamentou a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Foram utilizadas as taxas anuais constantes da Resolução ANEEL nº 367/09, resultando num encargo de amortização no valor de R\$ 6.234.

As obrigações especiais vinculadas representam os recursos relativos à participação financeira do consumidor, das dotações orçamentárias da União, verbas federais, estaduais e municipais e de créditos especiais destinados aos investimentos aplicados nos empreendimentos vinculados à concessão/permissão. As obrigações especiais não são passivos onerosos, tampouco créditos dos cooperados.

O saldo das citadas obrigações, verificado ao final do período de permissão, será deduzido do valor residual dos ativos, para efeitos de indenização por parte da União.

A amortização é calculada com base na taxa média de depreciação dos ativos correspondentes e foi realizada pelo método linear com base nas taxas anuais determinadas pela Resolução ANEEL nº 240/2006, substituída pela Resolução Normativa nº 367/2009.

### 15.5 Intangível

O valor do Intangível é o que segue:

<b>R\$ mil</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Em serviço	417	526
Em curso	32	0
<b>Total</b>	<b>449</b>	<b>526</b>

O ICPC 01- Contratos de Concessão define a forma de contabilização dos ativos de concessões e permissões quando atendidas determinadas condições. O impacto nas Demonstrações Contábeis foi a transferência dos saldos do Ativo Imobilizado e das Obrigações Especiais para (a) O Ativo Intangível referente ao direito de cobrança de tarifa dos consumidores (direito de exploração da permissão), e/ou (b) eventual registro de um Ativo Financeiro, representando o direito incondicional da Cooperativa de recebimento de caixa.

O Intangível está registrado ao custo (sendo os bens adquiridos no Brasil acrescido das atualizações monetárias até 1995). Os bens são amortizados pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro – UC, conforme determina a Resolução ANEEL nº 367/09.

Os encargos de depreciação, correspondentes à parcela de reavaliação do imobilizado, são registrados diretamente nas contas de despesas, sendo procedida a realização da reserva de reavaliação diretamente para as contas de sobras e/ou perdas do exercício. Parte da depreciação registrada como despesa é transferida para a respectiva conta redutora das Obrigações Especiais, observando o critério de proporcionalidade entre o total do imobilizado e o montante constituído mediante participação de terceiros.

### 15.6 Reclassificação das obrigações especiais

A composição das obrigações especiais, cujo saldo está composto na nota número 09, não integra esta demonstração contábil. A condição para adoção da norma pelas distribuidoras de energia elétrica é a celebração de termo de aditivo aos contratos de concessão e permissão, mediante a inclusão de cláusula específica. O referido aditivo foi assinado pela Cermiões em 01/12/2015 e encaminhado para a Agência Nacional de Energia Elétrica à Superintendência de Concessões, Permissões e Autorizações de Transmissão e Distribuição, conforme instruções constantes no Ofício Circular nº 0006/2015-SCT/ANEEL. A Administração optou em proceder esta alteração no exercício de 2016.

## 15.7 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

R\$ mil	2016	2015
<b>Saldo no final do Exercício Societário</b>	<b>94.436</b>	<b>86.883</b>
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	21.389	25.358
Reavaliação Regulatória Compulsória - VNR	27.642	28.181
Equalização do Resultado Regulatório e Societário	-6.253	-2.823
<b>Total</b>	<b>115.825</b>	<b>112.241</b>

## 15.8 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

O valor apresentado nesta conta corresponde à diferença decorrente do tratamento distinto, dispensado pelas duas contabilidades, ao valor relativo à neutralidade dos encargos setoriais.

Na contabilidade regulatória, ao reconhecer a obrigação de pagar futuramente tal diferença, se verifica uma despesa maior do que a obtida na contabilidade societária.

Considerando que o resultado à disposição da assembleia deve corresponder ao que foi apurado na contabilidade societária, o montante das destinações é superior ao que seria se tomasse por base o resultado da contabilidade regulatória. Portanto, ao registrarmos tais destinações, contabilidade regulatória não ocorre o zeramento do saldo da conta Sobras Acumuladas, razão pela qual transferimos o saldo para a conta intitulada "Equalização do Resultado Societário x Resultado Regulatório" no grupo das Reservas de Sobras.

A citada Reserva se realizará a partir do próximo reajuste, ou revisão da permissionária, visto que, os valores correspondentes à mesma serão reconhecidos na contabilidade societária como uma despesa. Esta diferença de tratamento deve gerar, no próximo exercício, uma sobra à disposição da assembleia, superior do que será apurada na contabilidade societária.

R\$ mil	2016	2015
<b>Sobra Líquida do Exercício Societário</b>	<b>8.280</b>	<b>6.603</b>
Fornecimento de energia	-538	820
Resultado financeiro	0	21
Perdas na desativação diferença VOC/VNR	-540	-600
Depreciação referente parcela diferença - VNR	-1.567	-1.614
<b>Total dos ajustes</b>	<b>-2.645</b>	<b>-1.373</b>
<b>Sobra Líquida do Exercício Regulatório</b>	<b>5.635</b>	<b>5.230</b>

## 15.9 Receitas e custos de construção

Conforme determina a ITG 01 aprovada pela Resolução CFC 1261/2009, correspondem aos valores aplicados no Ativo Intangível e que devem ser registrados como custo. Em contrapartida, registramos também a receita correspondente, decorrente do direito de receber o valor investido através da tarifa, durante o período de permissão, bem como a indenização relativa à parcela não amortizada dos mesmos, ao final do mencionado período.

Na contabilidade societária está incluso o valor de R\$ 11.896 que refere-se ao custo de construção, conforme determina a ITG 01 aprovada pela resolução CFC 1261/2009 e são os valores aplicados no intangível e que devem ser registrados como custo.



NARDON / NASI  
Auditores & Consultores

ACN/DL/JPR/MM  
032/2017

**Demonstrações Contábeis Regulatórias - DCR**

**COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO E GERAÇÃO  
DE ENERGIA DAS MISSÕES (CERMISSÕES)**

31 de dezembro de 2016

Relatório sobre a Aplicação de Procedimentos  
Previamente Acordados para Atendimento ao  
Despacho ANEEL nº 3.371/16, Relativo ao Manual  
de Orientação dos Trabalhos de Auditoria das  
Demonstrações Contábeis Regulatórias - DCR -  
Resolução ANEEL nº 605/14.



NARDON / NASI  
Audítores & Consultores

**RELATÓRIO SOBRE A APLICAÇÃO DE PROCEDIMENTOS PREVIAMENTE ACORDADOS REFERENTE ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS - DCR**

Ilmo. Sr.  
Diamantino Marques dos Santos  
DD. Presidente da  
**COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO E GERAÇÃO DE ENERGIA DAS MISSÕES (CERMISSÕES)**  
Caibaté - RS

Prezado Senhor

1. Aplicamos os procedimentos determinados no Manual de Orientação dos Trabalhos de Auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias - DCR, emitido pela Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira - SFF, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio do Despacho nº 3.371, de 22 de dezembro de 2016. Os procedimentos descritos neste relatório estão relacionados à reconciliação dos ajustes entre as demonstrações contábeis societárias publicadas e as demonstrações contábeis regulatórias da **COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO E GERAÇÃO DE ENERGIA DAS MISSÕES (CERMISSÕES)**, correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015. A apresentação das demonstrações contábeis regulatórias é obrigatória a partir do exercício de 2011 para fins regulatórios, tanto para a fiscalização do processo de revisão tarifária ordinária/periódica, como para a reversão dos ativos à União, vinculados aos serviços outorgados. No Anexo I estão apresentados os balanços patrimoniais e as demonstrações dos resultados societários reconciliados com os balanços patrimoniais e as demonstrações dos resultados regulatórios para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, demonstrações essas preparadas por e sob a responsabilidade da Administração da Cooperativa.

2. Nossos trabalhos foram realizados de acordo com a NBC TSC 4400 - Trabalhos de Procedimentos Previamente Acordados sobre Informações Contábeis, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aprovada pela Resolução CFC nº 1277/10, aplicável a trabalhos de procedimentos previamente acordados. A suficiência desses procedimentos é de responsabilidade exclusiva da ANEEL. Consequentemente, não estamos expressando qualquer asseguarção, nem concluindo quanto à suficiência dos procedimentos descritos abaixo em relação aos propósitos para o qual este relatório foi solicitado, nem para nenhum outro propósito. Os procedimentos foram aplicados com o único intuito de confrontar os ajustes e reclassificações, efetuados pela administração da Cooperativa, ao balanço patrimonial e demonstração do resultado societária para preparação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório, conforme estabelecido pela Resolução ANEEL nº 605/14.

AVENIDA ALBERTO BINS, 600 - 5º ANDAR • FONES (51)3342.9388 / 3342.9424 • CEP 90030-140 • PORTO ALEGRE - RS  
RUA EMILIANO PERNETA, 725/CJ. 903 - ED. SAINT LOUIS BUSINESS • FONE (41)3225.4341 • CEP 80420-080 • CURITIBA - PR  
www.nardonnasi.com.br • email:nardonnasi@nardonnasi.com.br • Registros CVM - BACEN - OCB • CRCRS 542 • CNPJ 92.838.150/0001-97





NARDON / NASI  
Auditores & Consultores

3. Os procedimentos aplicados e nossas observações estão apresentados a seguir:

#### I. Imobilizado

1) Confrontar as informações de 31/12/2016 e de 31/12/2015 dos valores regulatórios apresentados nas demonstrações contábeis regulatórias, por grupo de bens, com os valores do sistema de controle do imobilizado regulatório (procedimento aplicável para distribuidora e transmissora).

. Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.

2) Obter a planilha ou relatório com a movimentação do imobilizado regulatório, tendo como ponto de partida os valores de 31/12/2015 e confrontar os saldos com a eventual Base de Remuneração homologada, bem como, confrontar as informações das movimentações de adições, baixas e transferências regulatórias com os valores do sistema de controle do imobilizado regulatório (procedimento aplicável para distribuidora).

. Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.

3) Obter a planilha ou relatório com a movimentação anual do imobilizado regulatório, tendo como ponto de partida os valores de 31/12/2015, e confrontar os saldos e as informações das movimentações de 2016 de adições, baixas e transferências regulatórias com os valores do sistema de controle do imobilizado regulatório (procedimento aplicável para transmissora).

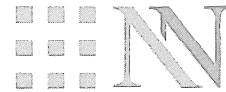
. A Cooperativa é uma distribuidora e o procedimento não é aplicável a mesma.

4) Confrontar as informações das movimentações e saldos de depreciação/amortização, por grupo de bens, apresentadas na planilha de movimentação mencionada no item anterior (procedimento aplicável para a distribuidora e transmissora), com os valores/saldos do sistema de controle do imobilizado regulatório.

. Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.

5) Confrontar as informações de bens que estão 100% depreciados por grupo de bens com os valores/saldos do sistema de controle imobilizado regulatório (procedimento aplicável para a distribuidora e transmissora).

. Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.



NARDON / NASI  
Auditores & Consultores

6) Selecionar 10 principais adições (por critério de maior valor) e mais 15 adições do imobilizado em serviço selecionadas de forma aleatória da movimentação ocorrida, para distribuidora ou, transmissora, do ano de 2016 e testar as capitalizações (materiais, mão-de-obra, serviços, juros, etc.), conforme critérios constantes do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

. Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.

7) Selecionar 10 principais baixas (por critério de maior valor) e mais 15 baixas selecionadas de forma aleatória da movimentação ocorrida, para distribuidora ou transmissora, do ano de 2016 e testar a adequação do processo de baixa, conforme critérios constantes do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

. Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.

8) Com base na seleção do item 6 deste Programa de Trabalho, verificar as evidências de que a data da unitização dos bens atende ao prazo de até 60 dias após o encerramento do imobilizado em curso através da comparação entre a data do encerramento da obra em curso proposta pelo técnico/engenheiro e a data do registro em Ativo Imobilizado em Serviço.

. Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.

9) As principais observações e constatações encontradas deverão estar incluídas no Relatório do Auditor Independente (Execução de Procedimentos Previamente Acordados).

. Nada a observar.

## II Obrigações Especiais

1) Confrontar os saldos das demonstrações financeiras regulatórias de 31/12/2016 e de 31/12/2015 com a planilha ou relatório de movimentação de obrigações especiais.

. Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.

2) Obter a planilha ou relatório com a movimentação das obrigações especiais, tendo como ponto de partida os valores contábeis em 31/12/2015 e confrontar o saldo em 31/12/2016 com a Base de Remuneração homologada, bem como, confrontar as informações das movimentações de adições, baixas e transferências regulatórias com os valores do sistema de controle do imobilizado/obrigações especiais.

. Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.



NARDON / NASI  
Auditores & Consultores

3) Confrontar as informações das movimentações e saldos de amortização, por grupo de bens, apresentadas na planilha de movimentação mencionada no item anterior, com os valores/saldos do sistema de controle imobilizado/obrigações especiais.

. Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.

4) Verificar autorização da ANEEL para as eventuais baixas de Obrigações Especiais ocorridas desde a data-base de 31/12/2015.

. Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.

5) Selecionar 10 principais adições (por critério de maior valor) e mais 15 adições selecionadas de forma aleatória da movimentação ocorrida desde 31/12/2015 e testar as capitalizações conforme critérios constantes do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

. Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.

6) Com base na amostra do item anterior, testar a amortização de acordo com o Manual de Contabilidade de Setor Elétrico os valores/saldos do sistema de controle imobilizado/obrigações especiais.

. Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.

7) As principais observações e constatações encontradas deverão estar incluídas no Relatório do Auditor Independente (Execução de Procedimentos Previamente Acordados).

. Nada a observar.

### **III Ativos e passivos regulatórios**

#### **III. a) CVA e itens financeiros**

1) Obter planilha com saldos de 31/12/2015, a movimentação de 2016 (adições, baixas, atualizações monetárias e transferências), por tipo de componente de CVA, até a data-base de revisão/reajuste tarifário e a movimentação complementar do ano 2016 (adições, baixas, atualizações monetárias e transferências), por tipo de componente de CVA, até 31/12/2016.

. Esse procedimento não é aplicável a Cooperativa.



NARDON / NASI  
Audítores & Consultores

2) Confrontar os saldos de CVA da data-base da revisão/reajuste tarifário da planilha mencionada no item anterior com os montantes homologados pela ANEEL.

. Esse procedimento não  aplicável a Cooperativa.

3) Testar as 5 maiores constituies de ativos e passivos regulatórios (critério de seleo deverá ser pelos maiores valores).

. Esse procedimento não  aplicável a Cooperativa.

4) Testar as 5 maiores atualizaes monetárias de saldos (critério de seleo deverá ser pelos maiores valores).

. Esse procedimento não  aplicável a Cooperativa.

5) Testar as 5 maiores amortizaes de ativos e passivos regulatórios (critério de seleo deverá ser pelos maiores valores).

. Esse procedimento não  aplicável a Cooperativa.

6) As principais observaes e constataes encontradas deverão estar incluídas no Relatório do Auditor Independente (Execuo de Procedimentos Previamente Acordados).

. Nada a observar.

III. b) Diferença entre Tarifa Provisória e Estimativa de Tarifa Definitiva, com base nos critérios definidos para o 1º Ciclo – Permissionárias com a data Revisão Tarifária em 2016.

1) Obter as planilhas preparadas para suportar os cálculos das diferenças entre a tarifa provisória e a estimativa pro-rata de tarifa definitiva e confrontar com os saldos constantes das demonstraes contábeis regulatórias.

. Esse procedimento não  aplicável a Cooperativa.

2) Com base nas informaes das planilhas obtidas (indicadas no item anterior), testar os cálculos das diferenças entre o praticado pela concessionária e estimativa pro-rata de tarifa definitiva, confrontando as bases utilizadas com as informaes disponibilizadas pela ANEEL.

. Esse procedimento não  aplicável a Cooperativa.

3) As principais observaes e constataes encontradas deverão estar incluídas no Relatório do Auditor Independente (Execuo de Procedimentos Previamente Acordados).

. Nada a observar.



NARDON / NASI  
Audítores & Consultores

#### IV. Demais saldos de contas de ativo, passivo e resultado

1) Para as demais contas de ativo, passivo e resultado que estão apresentadas nas demonstrações contábeis regulatórias e que não apresentam divergências em relação às práticas contábeis adotadas na preparação e divulgação das demonstrações contábeis societárias, confrontar as informações entre estas demonstrações contábeis societárias publicadas e/ou arquivadas na Comissão de Valores Mobiliários - CVM e regulatórias.

. Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.

2) Para saldos das demonstrações contábeis societárias que eventualmente foram mensurados com base em práticas contábeis que não estejam alinhadas com as práticas contábeis regulatórias, previstas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, realizar testes da mensuração e movimentação de saldos de 2016.

. Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.

3) As principais observações e constatações encontradas deverão estar incluídas no Relatório do Auditor Independente (Execução de Procedimentos Previamente Acordados).

. Nada a observar.

V - Considerando que os procedimentos descritos no item III deste relatório não se constituem em um trabalho de auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, conduzido de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, não expressamos qualquer asseguração sobre o balanço e demonstração de resultado regulatórios da Cooperativa, tomados em conjunto, nem sobre as contas contábeis das quais foram extraídas as informações constantes do Anexo I.

VI - Caso tivéssemos aplicado procedimentos adicionais ou conduzido uma auditoria do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatórios de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, outros assuntos poderiam ter vindo ao nosso conhecimento, os quais teriam sido relatados.



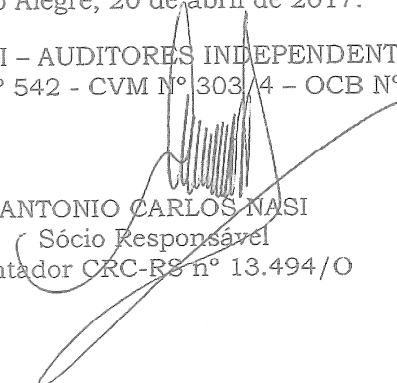
NARDON / NASI  
Auditores & Consultores

VII - Este relatório destina-se apenas e exclusivamente à finalidade definida no item 1 acima, para informação da Administração da Cooperativa e da ANEEL, não devendo ser utilizado para qualquer outro propósito, nem distribuído a terceiros que não tenham assumido responsabilidade pela suficiência dos, ou que não tenham concordado com os, procedimentos acima descritos, tampouco publicado ou disponibilizado no “site” da Cooperativa ou da ANEEL. Este relatório está relacionado exclusivamente com a reconciliação dos ajustes entre os balanços e demonstrações de resultados societários e os regulatórios da Cooperativa, cuja obrigatoriedade de apresentação passou a ser exigida para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e subsequentes, e não se estende às demonstrações contábeis societárias e regulatórias da Cooperativa, tomadas em conjunto.

“Todos os passos previstos neste programa foram devidamente executados e os respectivos resultados encontram-se inseridos em nosso relatório de execução de procedimentos previamente acordados, emitido sob minha responsabilidade.”

Porto Alegre, 20 de abril de 2017.

NARDON, NASI – AUDITORES INDEPENDENTES S/S  
CRC-RS Nº 542 - CVM Nº 303/4 – OCB Nº 15



ANTONIO CARLOS NASI  
Sócio Responsável  
Contador CRC-RS nº 13.494/O